

# **É o capital um acelerador?**

## **Aceleração como fuga e antagonismo das forças produtivas**

Felipe Fortes e Émerson Pirola

### **Resumo:**

O capitalismo moderno não raro é definido por alta taxa de aceleração em comparação a outras formações sociais. Contemporaneamente, ganhou relevância a posição teórica conhecida genericamente como “aceleracionismo”, que coloca, em linhas gerais, que o capitalismo é uma força motriz de desenvolvimento, progressão e, conseqüentemente, aceleração, incitando revoluções e rupturas nos modos de organização social. Para o aceleracionismo, portanto, não sendo um processo que possa ser contido, a aceleração do capitalismo é tornada um imperativo. Imanentemente à essa corrente, surgem, à esquerda, uma contraposição à ideia de que é o capital que deva ser acelerado, alertando ao bloqueio e restrição que o capital provoca nas forças produtivas sociais, abrindo espaço para uma reapropriação sócio-técnica e uma aceleração contrária ao desenvolvimento do capital, em direção à um pós-capitalismo. Por mais que essas vertentes tenham contribuições importantes ao debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no século XXI, elas perdem de vista a centralidade das forças produtivas e da produção desejante como o real vetor da aceleração (assim como a natureza dessa aceleração e seu objeto, permanecendo abstrata nos aceleracionismos “oficiais”). Voltando sobretudo a Deleuze e Guattari e à matriz teórica do (pós-)operaísmo, analisamos o pensamento de Nick Land e o de Alex Williams & Nick Srnicek como os principais vetores das duas tendências aceleracionistas. Destacando pontos frágeis em seus desenvolvimentos, buscamos afirmar a tese de que são as forças produtivas desejantes que aceleram a produção ativa de suas linhas de fuga em um processo de antagonismo, ao qual o capitalismo e seus aparelhos de captura devem, “correndo atrás” em um segundo momento, capturar por um movimento aceleratório e progressivo.

**Palavras-chave:** aceleracionismo; aceleração; antagonismo; forças produtivas desejantes; capital.

### **Abstract:**

Modern capitalism is often defined by its high acceleration rate when compared to other social formations. Contemporaneously, the theoretical position known in general as “accelerationism” gained relevance; this position puts, in general lines, that capitalism is a driving force of development, progression and, consequently, acceleration, inciting revolutions and ruptures in the modes of social organization. For accelerationism, thus, not being a process that can be contained, the acceleration of capitalism becomes an imperative. Immanently to this current, there appears, to the left, an opposition to the idea that it is capital that should be accelerated, alerting to the blockage and restriction that capitalism causes in the social productive forces, opening space for a socio-technical reappropriation and an acceleration in opposition to the development of capital, towards a post-capitalism. As much as these strands have important contributions to the debate on the development of capitalism in the

XXI century, they lose sight of the centrality of productive forces and desiring-production as the real vector of acceleration (as well as the nature of this acceleration and its object, that remain abstract in the “official” accelerationisms). Returning mainly to Deleuze and Guattari and to the theoretical matrix of (post-) *operaismo*, we seek to analyze the thought of Nick Land and of Alex Williams & Nick Srnicek as the main vectors of the two accelerationist tendencies. Highlighting weak points in their developments, we seek to affirm the thesis that are the desiring productive forces that accelerate the active production of their lines of flight in a process of antagonism, which capitalism and its capture apparatuses must, “chasing after” in a second moment, capture with an acceleratory and progressive movement.

**Keywords:** accelerationism; acceleration; antagonism; desiring-productive forces; capital.

### Introdução

Em um livro dedicado às velocidades aparentemente “sem limites” do capitalismo, no ensaio que faz alusão ao conto de ficção científica *Phylogenesis*, do escritor Paul Di Filippo, Steven Shaviro (2015) acena a um futuro possível no qual a sanha dos explorados pelo capital tomara a ofensiva depois de ter abandonado toda possibilidade de resistência: no conto de Filippo, uma entidade alienígena parasita vai metabolizando, pouco a pouco, toda a biosfera terrestre, o que modifica não apenas a natureza e o funcionamento geológico da terra e de suas extensões orgânicas, mas a própria natureza do alienígena que, de parasita em expansão torna-se, após vencer todas as resistências terranas, um imenso hospedeiro, gerando de seu útero metamórfico, involuntariamente, novas formas parasitárias de vida que passam a se multiplicar, matando o hospedeiro e, ao mesmo tempo, gerando uma nova superfície terrestre.

Para Shaviro, Fillippo descreve, mesmo se involuntariamente, um diagnóstico aceleracionista possível no qual o capital, em sua expansão cósmica, deixa de uma vez por todas a forma de parasita para trás, abrindo novas possibilidades de antagonismo: “em um sentido primário, o capital é parasitário (ou vampírico) porque ele vive e cresce expropriando os produtos do trabalho vivo<sup>1</sup>. Mas, em um sentido existencial secundário, o capital predatório é o fato básico de nossa existência e só podemos sobreviver nos tornando, por nossa vez, parasitas sobre ele<sup>2</sup>” (SHAVIRO,

---

<sup>1</sup> “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2015, p. 307).

<sup>2</sup> Todas as traduções de citação em língua estrangeira são de nossa responsabilidade.

2015, p. 26). Uma interpretação deste pequeno excerto ficcionalizado — arte de pensar com a ficção que é uma das virtudes do aceleracionismo —, e que remonta a pedaços possíveis do futuro em questão, é a ideia de que, se a desaceleração do capital não é (mais) possível, ela deixa também de ser desejável.

Começamos desemaranhando algumas linhas desse novo conceito: Shaviro nos dá *insights* sobre uma ideia base que circula na discussão aceleracionista e que nos serve como guia de leitura: “o aceleracionismo é melhor definido — em termos políticos, estéticos e filosóficos — como o argumento de que *the only way out is the way through* [o único caminho para fora é o caminho através]” (2015, p. 8. Grifo nosso) — ideia que, entretanto, é formulada de maneiras distintas, produzindo não um corpo homogêneo que podemos chamar de “o Aceleracionismo”, mas uma verdadeira “constelação” de abordagens (CARON, 2018, p. 1) diferentes, tanto em seus pontos de partida quanto em suas linhas de desenvolvimento e chegada. Podemos falar, no entanto, em uma problemática comum<sup>3</sup>: o predomínio do capital e a possibilidade de traçar, a partir dele, alternativas, seja para um pós-capitalismo ou para um capitalismo outro, o que abre a caixa preta de um dos problemas centrais na discussão do que chamamos de “aceleracionismo”: qual é a natureza do capital? O que se enlaça a esse “personagem cosmopolítico” (BENSUSAN, 2020, p. 3)?

Longe de querermos fazer uma leitura de funcionários de catálogo, conseguimos extrair metodologicamente desse bloco múltiplo de linhas duas tendências que, não constituindo dois pólos ao avesso, se mesclam em algumas zonas de indiscernibilidade. A primeira tendência é atravessada pela ideia de que devemos “surfear as ondas do capital”. Nela, o capital, seja ele “uma força, uma axiomática, uma epidemia, uma aliança ou uma inteligência artificial extraterrestre” (BENSUSAN, 2020, p. 3), ou ainda um modo de produção, está estritamente ligado aos processos de desenvolvimento tecnológico, o que incita direta ou indiretamente a liberação das forças produtivas causando mudanças irreversíveis na organização sociopolítica global. A própria história nos mostraria que todos os outros modos de organização social foram subsumidos, tragados para dentro do capital e por ele parasitados e consumidos; o capital teria sido um agente de dissolução de modos de produção que não seriam mais do que resquícios a serem digeridos pelo metabolismo capitalista. Por dentro dessa perspectiva de aceleracionismo, destacamos a filosofia de Nick Land e do CCRU (*Cybernetic*

---

<sup>3</sup> Na introdução do *Accelerationist reader*, Mackay e Avanessian desenvolvem a ideia do aceleracionismo como um “terreno comum de problemas” atravessado por trajetórias diversas (2014, p. 7).

*Culture Research Unit*) como seus principais expoentes, compartilhando a ideia de que o movimento de dissolução social que o capital proporciona como sua própria tendência deve ser, ele mesmo, acelerado, dado que a mera reação ou tentativa de bloquear o processo seria absurda e apenas atrasaria, sem sucesso, toda a potencialidade de liberação que o capital possui. Nessa perspectiva, devemos surfar as ondas produtivas e libertárias do capital, nos desfazendo de qualquer saudosismo arcaico pelo Estado, pela moral, pela “natureza” ou mesmo pelo humano, que funcionam como bloqueios desse potencial libertário.

Uma segunda tendência aceleracionista é a que defende a possibilidade de surfar as ondas do capital como estratégia de pilotagem mas que, diferentemente da anterior, pontua a *necessidade* de dispensar o capital no processo, tendo em vista uma reorganização social, política e econômica *seletiva*: há algo a ser acelerado, por dentro, mas, ao mesmo tempo, contra o horizonte de restrição e “cancelamento do futuro” do capital. Essa análise, que toma corpo principalmente através de Mark Fisher (ex membro do *CCRU*) e por Nick Srnicek & Alex Williams, toma precaução contra as possíveis (in)consequências éticas e políticas de um aceleracionismo aparentemente ilimitado ou incondicional, salientando o horizonte construtivo ao qual o capital condiciona as forças produtivas sociais — forças que, tomadas do controle do capital em uma aceleração direcionada por uma política de tipo Estatal, poderiam reorientar as malhas da organização de um desenvolvimento progressivo para fins políticos emancipatórios e comuns ao humano.

Nosso ponto de partida está em organizar a crítica como uma navalha de dois fios, cortando na direção das duas tendências e apontando para uma terceira via: as duas tendências do aceleracionismo pontuadas falham na captação do vetor real da aceleração. Por um lado, a aceleração efetivamente não parte do capital de maneira isolada, e ser vampirizado (ou deixar-se vampirizar) pelo capital como estratégia de liberação seria lhe conceder poderes e potencialidades que ele não tem por conta própria (e que por seus próprios limites parasitários e necessidades vampírescas nem poderia ter). Do outro lado, o movimento de aceleração não pode ser o objeto de um dispositivo de escolha seletivo por parte de uma política de Estado que leva à cabo um projeto progressista em que certos elementos são selecionados e “acelerados” em detrimento de outros, na aposta pelo retorno de um grande programa ou plano condutor. Se no primeiro caso o capital é elevado ao lugar de “Sujeito” (da aceleração), no segundo intenta-se que a forma-Estado ocupe este lugar.

Eis, de maneira preliminar e sumária, as teses com as quais trabalharemos: dada a configuração contemporânea do *socius*, como capital e seus aparelhos de captura, apesar das aparências objetivas e subjetivas, a aceleração não é fruto do poder do capital como elemento isolado, mas antes é produzida pelas forças produtivas desejantes que se colocam em antagonismo contra ele. Se de um lado temos “o capital” como poder de captura, entendemos as forças produtivas em um sentido especificamente imanentista, na linha de um “marxismo spinozano”, para usar a expressão de Casarino (2008, p. 264, n. 71), que envolve autores diversos como Deleuze & Guattari, Antonio Negri & Michael Hardt<sup>4</sup> (e mesmo Louis Althusser). Para falar com a linguagem spinozista, as forças produtivas desejantes evocam a produção da Natureza pela imediatidade produtiva dos modos, tese central de Negri em *A anomalia selvagem* — “o pensamento spinozista é a apologia da força produtiva” (1993, p. 193) —, e saudada e abraçada por Deleuze (1993) em prefácio ao mesmo livro. Através destes autores pontuamos que as forças produtivas das quais falamos são forças produtivas *desejantes*: estamos preocupados em afastar nossa leitura de qualquer perspectiva limitada a algum tipo de tecno-humanismo progressista, abrindo ao máximo o conceito de produção a todas as forças (orgânicas, inorgânicas e sintéticas) que habitam o planeta com o humano, e que são vampirizadas em conjunto pelo capital. Assim, se de um lado as forças produtivas não são (somente) técnicas ou tecnológicas, de outro isto não implica em alguma glorificação reducionista do “trabalho” que ecoe o stakhanovismo soviético ou o humanismo “trabalhista” de certa tradição da esquerda cristã. Não é que “o trabalho” não seja importante, mas ele só importa enquanto “trabalho vivo”, ligado às potências múltiplas das singularidades em comum, aquém e além do “trabalho morto” do regime salarial ou da medida capitalista. Nesse sentido, e explorando a proximidade entre Deleuze & Guattari e o (pós-)operaísmo<sup>5</sup> italiano, temos uma celebração das forças produtivas desejantes que é simultaneamente crítica do trabalho (morto): “recusa do trabalho”, para resgatar uma fórmula operaísta. A equação trabalho vivo = forças produtivas desejantes, por fim, evoca a colocação de Deleuze & Guattari de que a descoberta de Freud da libido como essência impessoal do desejo é paralela à descoberta de Marx do trabalho (vivo) como essência da riqueza em geral: “Em suma, a

---

<sup>4</sup> Em nosso texto colocamos para funcionar em conjunto a maquinaria conceitual de Deleuze & Guattari e de Negri (& Hardt) enquanto os maiores nomes desse marxismo spinozano. Por vezes passamos de elementos de um a outro de maneira fluída pois acreditamos que nestes momentos e no que concerne ao aqui apresentado os autores confluem. A obra de ambos (os pares) é povoada de referências ou elogios mútuos, e não é necessário trazê-los como justificativa de nossa síntese produtiva. Salientamos, entretanto, que não estamos sugerindo que essas filosofias sejam totalmente convergentes.

<sup>5</sup> Pegamos essa grafia emprestada de Nunes (2007, p. 179), que a utiliza para referir simultaneamente o operaísmo da década de 1960, a ruptura da “autonomia operária” dos anos 70 e o que se seguiu a essas tradições.

descoberta de uma atividade de produção em geral e sem distinção, tal como aparece no capitalismo, é inseparavelmente a da economia política e da psicanálise, para além dos sistemas determinados de representação” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 399). Ou seja, quando falarmos em forças produtivas temos em mente essa imediatividade ontológica da produção da Natureza pelos modos que passa, no capitalismo, pelas vias da produção desejante e do trabalho vivo. Nesse contexto, o capital não será considerado elemento produtivo, mas apenas instância de captura de valor e que, neste movimento de captura, precisa brevar o ritmo próprio das forças produtivas, que por si tendem a fruir livremente. Dito isto, o capital só “acelera” como reação, ao tentar conter a aceleração própria das forças produtivas: acelera para capturar as linhas de fuga das forças produtivas que buscam, por sua vez, escapar em velocidades cada vez mais altas, ou absolutas, do seu controle. Se as forças produtivas escapam, o capital corre atrás.

Na primeira seção, *Do maquínico ao cibernético: das forças sintéticas inibidas ao capital fugindo à história*, acompanhamos o pensamento do Nick Land dos anos noventa<sup>6</sup> e, ancorando nossos argumentos nas principais teses sobre o funcionamento do capital como articuladas por Deleuze e Guattari nos dois volumes de *Capitalismo e esquizofrenia*, além de introduzir elementos do (pós-)operaísmo e de Marx, miramos a crítica na “dissolução final [...] na cosmogonia da desterritorialização absoluta” (COCCO & CAVA, 2018, p. 24) que vai tomando forma em seu pensamento. Como veremos, esse deslocamento na obra de Land despotencializa alguns frutíferos *insights* que percorrem seus textos, sobretudo os primeiros, o que nos leva a apontar para o vetor nerval das forças produtivas que é escalarmente apagado em seu pensamento.

Na segunda seção, *Produção, antiprodução, fuga e captura: a aceleração como antagonismo*, buscamos afirmar a tese de que, não sendo um acelerador social por si mesmo, a aceleração secundária do capital funciona por meio de agentes de antiprodução e captura, parasitários das forças produtivas: estes elementos de antiprodução seriam características essenciais da

---

<sup>6</sup> A guinada neo-reacionária de Land, dos anos 2010, na direção do “iluminismo sombrio”, não faz parte dos nossos objetos neste texto. Sobre isto remetemos ao texto de Yuk Hui (2017). Entretanto, podemos apontar um tanto especulativamente que a transição do autor de uma espécie de libertarianismo “à esquerda” (embora a expressão dificilmente faça juízo à complexidade do caso) ou ao menos anti-capitalista (como presente em seu “Kant, Capital e a proibição do incesto” [em LAND, 2011]) para um tipo de “libertarianismo cósmico”, para usar a expressão de Mark Fisher (2014a, minuto 2:28), além de sua aproximação com a *alt right* e sua virada reacionária, racista, xenófoba etc., efetuando à sua maneira a espécie de ferradura libertária-reacionária que junta as novas correntes da extrema direita — todo esse movimento, enfim, pode ser explicado pela sua concepção de quem ou o quê é o real vetor da aceleração, da desterritorialização, da desestratificação ou, em suma, da liberação dos fluxos: o capital, efetuando um apagamento das reais forças produtivas, sejam elas chamadas de desejo ou de trabalho vivo.

“axiomática” do capital, e não algo que ele poderia dispensar em uma reformulação interna; complementa-se, dessa maneira, a tese anterior, que coloca a aceleração do capital em um movimento reativo e não constituinte, como resultado da reação às forças produtivas desejantes, estas os verdadeiros vetores da aceleração.

Por mais que compartilhemos com o aceleracionismo o mote de que a única maneira de atravessar o deserto do capital é por dentro nos distanciamos da maneira como Nick Srnicek e Alex Williams sistematizam essa questão: mesmo que eles reconheçam de alguma maneira o elemento das forças produtivas, falham em captar o movimento real e antagonista que dá o seu dinamismo, reduzindo todo seu potencial a uma leitura tecno-progressista relativamente pobre, além de um tanto humilde ao imaginar futuros possíveis. Isto é, não estamos satisfeitos com seu aparato crítico e concepções teóricas propositivas, configurando o debate da seção 3, *Uma crítica rápida ao aceleracionismo de esquerda*.

### **Nick Land, do maquínico ao cibernético, das forças sintéticas inibidas ao capital fugindo à história**

A tarefa de extrair tendências de textos porosos e fragmentários como os de Nick Land é um movimento de risco, pois é buscar destacar variações em um pensamento que faz da instabilidade uma positividade extrema. Sendo assim, não pretendemos fazer uma genealogia definitiva sobre a circuitaria de portas de entrada e saída que a obra de Nick Land coloca; restringimos o escopo de nossas análises a alguns textos da coletânea *Fanged Noumena*.

Buscando a justeza crítica, apontamos uma defasagem operando no sistema landiano: a que subsume escalarmente, em uma mistura indiferenciada, um pensamento maquínico alinhado às forças produtivas impessoais do desejo em uma cibernética cosmogônica do capital, na qual o antagonismo é dissolvido na aceleração ciberpositiva, arrastando a imanência à teleologia na forma de um “loop ‘no próprio’ tempo, integrando o real e o virtual em um colapso semifechado sobre o futuro” (LAND, 2011, p. 317).

Aos que se plugam ao pensamento de Land pelo “futuro” causa surpresa ler textos como “*Kant, Capital, and the Prohibition of Incest: A Polemical Introduction to the Configuration of*

*Philosophy and Modernity*” com sua conclusão abertamente feminista: ele invoca “novas amazonas” (2011, p. 80) como os principais vetores das “forças sintéticas inibidas” que podem “violentamente” levar à cabo o processo de dissolução da modernidade sexista, racista e xenófoba. Entre tantas teses disparadas a fogo aberto nesse texto, é necessário filtrar, para nossos interesses, os elementos que remetem à relação antagônica entre as forças produtivas desejantes, conceitualizadas ali como “forças sintéticas”<sup>7</sup>, e o capital: o ensaio que, nada modestamente, busca dar conta de entender a “rede complexa das opressões de raça, gênero e classe que constituem nossa modernidade global” (LAND, 2011, p. 56), toma como exemplo inicial a análise da constituição dos bantustões derivados das políticas racistas do Apartheid na África do Sul que, na concepção de Land, não são fatos isolados que a modernidade deve resolver ela mesma, mas o próprio isolamento como política moderna “bem-sucedida”, por parte da “metrópole global do Kapital<sup>8</sup> [...], condição fundamental do capital como nada mais do que uma agressão explícita contra as massas” (LAND, 2011, p. 57).

A relação entre a “metrópole branca” e o bantustão corresponde, na perspectiva de Land, à continuação de uma lógica capitalista que podemos chamar de *parasitária*, ao mesmo tempo em que é “microcósmica” e “recapitula o mundo em miniatura” (LAND, 2011, p. 56-7). Isto é, as metrópoles são parasitárias da força do trabalho e dos desejos que habitam o bantustão, isolando essas forças politicamente, ao mesmo tempo que devem se “aproximar” dessas forças economicamente, como força de trabalho. Implícito nesse movimento de constante aproximação e afastamento está não apenas a violência da despossessão exercida pela “acumulação primitiva” que joga, não sem resistência, o despossuído ao mercado (análise de Marx que Land endossa [2011, p. 58]), mas também uma determinada forma de relação com a alteridade que define a própria modernidade, não como “a penúltima fase de uma dialética de sociedade e produção” (LAND, 2011, p. 60), mas como uma aliança entre “o desenvolvimento expansionista social e econômico” que o capital engendra e a modernidade patriarcal, buscando agravar e fortalecer ainda mais uma determinada economia sexual arcaica “endogâmica” e patriarcalista “cujos aspectos básicos são [...] a descendência patrilinear e [...] uma lógica formal de identidade que já tinha sido concluída em sua essência por Aristóteles”

---

<sup>7</sup> O conceito de “forças sintéticas” é extraído por Land da problemática kantiana da “síntese”, como diferença da diferença, multiplicidade ou número, que a obra de Kant, na interpretação de Land, acaba reduzindo à homogeneidade.

<sup>8</sup> A grafia “Kapital” (com “K”) não refere a grafia alemã do termo. Segundo Victor Marques e Rodrigo Gonsalves (2020, p. 172) o “K” advém da grafia grega de cibernética (κυβερνητική), colocando em uma palavra (Kapital) algo essencial da filosofia de Land e do CCRU: o capital é cibernético, circuito ciberpositivo. Além disso, já era essa a grafia utilizada por Lyotard, uma das principais influências do aceleracionismo dos anos 1990.



(LAND, 2011, p. 60), o que constitui dois aspectos, “genealógico e lógico” como “funções de uma posição de subjetividade abstrata masculina” (LAND, 2011, p. 60). Nesse sentido, a modernidade capitalista vai buscar conter toda tentativa de “dissipação exogâmica” que possa fazer romper o polo arcaico da sexualidade, que nada mais é do que uma das bases da própria estrutura burguesa pautada em uma lógica identitária identificada por Land como sendo formalmente racista e xenófoba.

Para Land, a filosofia de Kant sintetiza o “paradoxo do iluminismo”: a “tentativa de fixar uma relação estável com o que é radicalmente outro” (2011, p. 64); paradoxo que não pode ser resolvido, constituindo as aporias da crítica kantiana como espelho da própria modernidade burguesa que “busca crescer enquanto permanece idêntica ao que era, tocando o outro sem vulnerabilidade” (LAND, 2011, p. 63)<sup>9</sup>. As três críticas kantianas, na leitura de Land, servirão para montar um maquinário poderoso o suficiente para tentar “inibir” todo o elemento de desmedida e excesso das “forças sintéticas” que excedem qualquer categoria representacional e que podem dinamitar a estrutura patriarcalista, altamente pautada na medida da lógica identitária, forças que, no entanto, são cada vez mais visíveis (aos olhos brancos do moderno) com a expansão do mercado capitalista. Dessa aparentemente “estranha” aliança, a crítica kantiana opera, inconscientemente, como um piloto ou sujeito “consciente” da máquina inconsciente do capital, criando uma superfície de registro em que toda força produtiva sintética, ao ser registrada, deve ser modulada em sua “alteridade” como uma *função do mesmo* na forma da mercadoria: “a alteridade não pode ser registrada, a menos que possa ser inscrita dentro do sistema, de acordo com eixos interconectados de valor de troca (preço) e patronímico ou, em outras palavras, como uma mercadoria com um dono” (LAND, 2011, p. 71).

A partir desse processo, Land extrai dois vetores que antagonizam, em sentidos distintos, com o agenciamento modernidade-capital, o que já define uma primeira forma de seu aceleracionismo: o primeiro é o trabalhador em vias de ser desapropriado de seus meios de subsistência que, no entanto, é definido por uma espécie de antagonismo *reativo* ao processo de mercantilização, buscando se colocar “de fora do processo”:

---

<sup>9</sup> Deixamos de lado toda a análise das três críticas de Kant que faz Land, pois escaparia ao escopo de nossa pesquisa. Salientamos apenas o elemento das forças e de sua inibição, que neste ensaio está alinhado à discussão sobre o desenvolvimento do capital, posição que vai mudando radicalmente no decorrer dos ensaios que compõem *Fanged Noumena*.

O que fica *fora* [...] é tudo que *resiste* à mercantilização, a independência primordial que antecede a constituição do proletário destituído [...] Essa massa rudimentar de resistência mais ou menos explícita ao capital está isolada fora da metrópole por uma combinação de processos econômicos automáticos (a concentração da pobreza) e práticas de parentesco restritivas (LAND, 2011, p. 71-2. Grifo nosso).

Apesar de reconhecer nessas massas um antagonismo, o diagnóstico de Land é que essas forças não são suficientemente revolucionárias, pois não acompanham o potencial deslocamento dissolutivo das “formas de filiação e aliança” arcaicas, processo dissolutivo que está enganchado, mesmo que involuntariamente, ao capital, quando ele faz misturar as raças, os sexos e os gêneros no mesmo mercado, o que possibilita a destituição do sistema na intensificação dessa tendência de mistura. Neste ensaio de Land, esta tendência aparece como constantemente inibida pela modernidade, seja pela solução “fascista” como tentativa de pureza racial mais violenta (na forma do apartheid, por exemplo), seja pelo devir-bantustão do terceiro mundo como a solução “democrática” e “cosmopolita” do “problema” no capital globalizado pós-guerra — o que, na perspectiva de Land, pode ser liquefeito por meio de uma “exogamia dissipativa”, isso é, a abolição da estrutura sexual moderna que, como vimos, é pautada numa lógica racista, xenofóbica e invariavelmente machista acoplada ao capital: “o capital é o ponto em que uma cultura recusa a possibilidade — que ela própria engendrou — de empurrar a proibição do incesto ao seu limite” (LAND, 2011, p. 62-3); isto é, recusa a possibilidade de dissolver os laços restritos familiares que acabam por criar uma endogamia naturalmente xenofóbica e racista como polo “reterritorializador” da modernidade-capital.

O ponto de Land, conferindo já um sentido aceleracionista no ensaio sobre Kant e o incesto, parece ser que as posições de subjetividade que constituem o patriarcalismo também devem estar para “negócio”, comercialização que (acelerada em seu polo de exogamia desinibida) carrega o germen da dissolução do sistema, e que tem como vetor revolucionário o feminismo<sup>10</sup> e o corpo da mulher como antagonismo ativo:

O desastre da história mundial é que o capitalismo nunca foi o desenrolar progressivo da patrilinearidade através de uma série de relações generalizadas de exploração associadas com uma exogamia transcultural, levando a uma erupção incontrolável de alteridade

---

<sup>10</sup> Essa posição aceleracionista feminista aparece também em seu texto com Sadie Plant (2014, p. 312): “À medida que as coisas se tornam mais complexas, elas se tornam mais femininas, mas o patriarcado prolonga a era glacial da humanidade”.

feminina (isto é, migrante) para dentro do reduto do pai e, assim, à emergência de uma síntese radical — ou etnicamente disruptiva e pós-patriarcal. Em vez disso, o parentesco e o comércio foram sistematicamente isolados um do outro, de modo que a internacionalização da economia foi acompanhada de um entrincheiramento de práticas xenofóbicas (nacionalistas) de parentesco, mantendo uma concentração de poder político e econômico dentro de um estoque étnico isolado e geograficamente sedentário. Desta forma, quando discutimos o capital e sua concretude histórica, estamos simultaneamente discutindo uma frustração da tendência cultural das sociedades humanas em direção à exogamia expansiva (LAND, 2011, p. 62-3).

Por mais que o conceito de aceleração não apareça diretamente no texto, ele pode ser extraído por meio da perspectiva ativa do feminismo revolucionário que, em sua intensificação, pode levar uma tendência “mais longe” do que a organização restrita da modernidade capitalista, desenraizando “endogamias patriarcais que orquestram a ordem mundial contemporânea” e colocando um “fim à modernidade” (LAND, 2011, p. 80). Destacamos que o objeto da aceleração, aqui, não é o capital em si, mas as forças libidinais inibidas pela modernidade capitalista, que tem no corpo feminista radical o seu principal vetor. Apesar de não trabalhar com esses conceitos nesse ensaio, é inegável que as teses de Land vão em um sentido muito próximo ao das teses sobre o capitalismo como desenvolvido por Deleuze & Guattari em *O anti-Édipo*<sup>11</sup>: uma máquina social que opera em conjunção com elementos de desterritorialização (o mercado) e reterritorialização fundada em neo-arcaísmos (a estrutura patrilinear da modernidade) se alimentando dos fluxos desejantes das forças produtivas (as forças sintéticas desinibidas) que podem, elas mesmo, desterritorializar a própria máquina capitalista (o vetor de aceleração pelo corpo feminista). Mesmo sem essas traduções (entre parênteses, acima), a tese da intensificação das forças desejantes, pelo vetor do corpo feminista, é uma tese antagonista e, assim, estritamente *maquínica*: ao priorizar um elemento impessoal como campo de forças produtivo desejante que simplesmente *escapa*, em detrimento das formas de contenção que buscam se alimentar dessa produção desejante. E por antagonismo, contra o bloqueio das forças produtivas, o único sentido possível é anti-capitalista: “as forças mais inequivocamente antagonicas a este processo grotesco são 'exogâmicas' (ou, menos humanisticamente, 'exotrópicas');

---

<sup>11</sup> Não há neste texto de Land qualquer menção a Deleuze e Guattari ou a *O anti-Édipo*. Não sabemos, então, se o texto foi escrito quando Land tinha conhecimento das teses do livro, o que em caso positivo configuraria já uma interpretação tanto das teses da desterritorialização parcial e relativa do capital (que nesse texto apareceria como o mercado) e da reterritorialização (que apareceria como a modernidade) por parte da máquina capitalista, além de uma interpretação feminista da produção desejante (as forças sintéticas inibidas).

as energias sintéticas que condicionam todo mais-valor e, ainda assim, coexistem com o capital *apenas* sob repressão” (LAND, 2011, p. 76. Grifo no original).

Se “*Kant, Capital, and the Prohibition of Incest*” advoga por um feminismo virulento como política, “*Art as Insurrection: the Question of Aesthetics in Kant, Schopenhauer, and Nietzsche*” é um texto não menos libertário, dando continuidade às teses que vimos: o ensaio narra uma trajetória, de Kant a Nietzsche (abrindo para Bataille e Deleuze e Guattari — agora já explicitamente mencionados), da descoberta involuntária (por Kant) das forças sintéticas do inconsciente maquínico que possibilita, nos termos de Land, uma “metafísica do excesso” (2011, p. 46) que abre a filosofia, alinhada com a experimentação artística, à possibilidade de pensar e viver o encontro com as forças produtivas do inconsciente, em detrimento das formas que contêm a produção (ou à vetorizam no máximo de forma parcial), como é o caso da forma-homem. Como bem pontuado por Mackay e Brassier na introdução de *Fanged Noumena*, é na filosofia do “gênio” de Kant, em sua última crítica (análise que também está presente em Deleuze [2018]), que é descoberto todo o potencial do campo de forças produtivo impessoal, ou simplesmente “transcendental”:

Na leitura de Land, a descoberta kantiana sobre o transcendental é indissociável do reconhecimento de que a síntese é primária e produtiva e de que toda síntese conjuga termos heterogêneos. Mas onde o idealismo kantiano buscava confinar a síntese puramente ao nível ideal da representação, a possibilidade de um materialismo transcendental irrompe com a percepção involuntária de Kant, em sua teoria sobre o gênio, de que a síntese deve ser reposicionada dentro da materialidade desconhecida (BRASSIER; MACKAY, 2011, p. 13).

Depois de Kant, a filosofia, que, na interpretação de Land, incorporou todas as ambiguidades de “sua” descoberta — estritamente ligada à própria constituição da modernidade como tentativa de bloquear uma dispersão de determinadas forças de produção —, vai dividir-se em duas linhas: uma que busca desdobrar e aprofundar a experiência do “desconhecido”, isso é, a experiência das próprias forças da matéria — “a filosofia, também, tinha que se tornar (pelo menos um pouco) revolucionária” (LAND, 2011, p. 146); enquanto uma segunda linha, reativa a esse movimento, buscará frear ou conter a intensificação do processo desencadeado pelas forças do inconsciente pré-representativo e, nesse sentido, maquínico.

A própria filosofia, e não apenas o caso individual de Kant, vive sendo atravessada por esses dois movimentos que se misturam no pensamento de um determinado autor — ele mesmo um invólucro ou “campo de batalha”, como dizia Nietzsche, dessas forças —, sintomas da própria experiência corporal que faz vazar o atravessamento de forças que não lhe pertencem, muitas vezes rejeitando e se aproximando dessa tendência de dispersão orgânica que acompanha todo “materialismo libidinal” (LAND, 2011, p. 162), que tem em Nietzsche, Bataille e também Deleuze e Guattari, expoentes filosóficos que correspondem, na perspectiva de Land, à tendência das forças produtivas intensificadas em se dissipar para além do próprio vetor humano. Entretanto, isso não explica por si só a transição de um “pós-humanismo”, no qual o humano é criticado apenas quando se torna menos um vetor do que um bloqueador das forças produtivas, se tornando, então, menos uma *força* aberta a encontros do que uma *forma* estática, para um *anti-humanismo destrutivo* em que o humano é pensado *apenas* como forma a ser descartada<sup>12</sup>. Essa transição, em Land, só pode ser explicada, como buscaremos demonstrar, com uma celebração miraculante do capital em detrimento das reais forças produtivas.

No entanto, a transição ainda não ocorreu e a perspectiva de Land no texto que analisamos é antagônica ao movimento de contenção pelo capital que, já aparecendo em “*Kant, Capital, and the Prohibition of Incest*” está alinhada às políticas nazi-fascistas que, não por coincidência, são objeto de estudo das filosofias materialistas-libidinais ao qual Land está vinculado neste momento: “essa parte da filosofia do século XX ressonante com a tendência [...] aqui delineada, tem como [...] tarefa o diagnóstico do Nazismo [...] que o capital mobiliza como última trincheira de defesa contra a enchente” (LAND, 2011, p. 170). Esta constatação está explicitamente próxima às teses de *O anti-Édipo* sobre o capitalismo e a função de reterritorialização fascista que busca conter a desterritorialização massiva do desejo<sup>13</sup> — o nome por trás das forças sintéticas e a verdadeira face das forças produtivas —, problemática que é reforçada e retomada por Land, o que é explicitamente

---

<sup>12</sup> No caso de Land, dentre outros “anti-humanistas”, pode ser útil relembrar o antigo alerta de Louis Althusser (2015, p. 190-1; 201): para Althusser a defesa radical do anti-humanismo tem como referente um “ponto de vista estritamente teórico” — anti-humanismo teórico, justamente. No registro da batalha ideológica e da luta política a fundamentação teórica anti-humanista dá as condições estratégicas para lidar com o humanismo, que pode eventualmente, inclusive, ser taticamente apoiado. Resumidamente, anti-humanismo teórico não implica em uma prática política que abdique das “formas ideológicas e práticas ‘do humano’”.

<sup>13</sup> A posição de Deleuze e Guattari no que concerne à questão do fascismo é diferente em Mil platôs. Sobre a problemática do fascismo nos dois volumes de Capitalismo e esquizofrenia remetemos o leitor a nosso texto “Entre máquinas desejantes e máquinas de guerra: concepções de fascismo em O anti-Édipo e Mil platôs” (a sair em coletânea sobre fascismo organizada por Augusto Jobim, no prelo), no qual, inclusive, consta uma breve discussão sobre a relação do aceleracionismo de Land com o problema do fascismo.

confesso na sua própria releitura da tese da “servidão passional”<sup>14</sup>: “como o desejo vem a desejar sua própria repressão? *Como a produção vem a se enrijecer na camisa de força social cuja forma mais dissolvida é o capital?* É com esta problemática, herdada de Spinoza, Nietzsche e Reich, que Deleuze e Guattari orientam sua obra” (LAND, 2011, p. 173. Grifo no original).

Land parte de uma posição em que o capital é análogo a uma “camisa de força” do desejo e de uma perspectiva em que a aceleração é análoga ao antagonismo das forças produtivas desejantes (forças sintéticas exogâmicas). Sabemos que, no entanto, essa perspectiva vai se transformando radicalmente e a veremos daqui para frente, mesmo que sua conclusão seja já conhecida: o capital vai se tornando, em Land, a expressão mais desterritorializada do desejo e, assim, aquilo que deve ser acelerado. Identificamos tal torção como o próprio rompimento de Land com qualquer possibilidade de efetivar uma filosofia maquínica<sup>15</sup>, o que deriva, entre uma série de problemas, numa conceitualização errônea sobre a ideia de aceleração, constituindo um “aceleracionismo” sem motor, fantasmático ou representacional, isto é, despotencializado de qualquer corporeidade revolucionária que, como vimos, era um elemento presente em seus primeiros textos. Essa passagem possibilita o questionamento das teses futuras de Land sobre o funcionamento do capital e, em particular, sua leitura de Deleuze e Guattari sobre o tema.

Os textos “*Make it with Death: Remarks on Thanatos and Desiring-Production*” e “*Circuitries*”, ao mesmo tempo em que são os textos que mais exploram a interpretação de Land das teses de Deleuze e Guattari, em particular de *O anti-Édipo*, são os ensaios que mais se distanciam da filosofia maquínica; entretanto, possuem as interpretações mais originais de Land sobre o funcionamento do capital e dão uma forma mais acabada a seu aceleracionismo. Em nossa concepção, os textos produzem uma cisão, uma saída de uma filosofia maquínica baseada na primazia das forças produtivas como campo impessoal do desejo para uma filosofia cibernética do Kapital, em que o impessoal é reduzido à indiferença capturante do desejo e a diferença intensiva é achatada com o indiferenciado quantitativo do valor capitalista, assim como qualquer possibilidade de uma ética, ou mesmo de uma política, é subsumida no niilismo cósmico do circuito ciberpositivo do capital. Em “*Make it with Death*”, Land propõe sua própria genealogia do pensamento de Deleuze, que “deve ser

---

<sup>14</sup> Tomamos emprestado a expressão “servidão passional” de Frédéric Lordon (2014), que, por necessidades conceituais comuns ao projeto de Deleuze e Guattari, substitui a de “servidão voluntária”.

<sup>15</sup> Para Land, o maquínico de Deleuze & Guattari é tornado análogo ao cibernético (com elementos do cyberpunk), sendo esse ponto um dos principais alvos de nossa crítica, como veremos adiante.

resgatado do fútil neokantismo liberal” (2011, p. 261) para desdobrar toda “potência” da indiferença que sintetizaria a imagem “reptiliana” do pensamento deleuzeano. Para Land (2011, p. 262-3) a filosofia moderna se divide em três grandes caminhos: uma sendo a filosofia do “ímpeto” que vai de Schopenhauer e Nietzsche a Freud; outra que encontra em Hegel uma reconstrução especulativa do político; e, por fim, a corrente que intenta produzir um substancialismo transcendental retomando Spinoza via Kant, e que possui em Schelling um grande avatar. Na interpretação de Land, a filosofia de Deleuze está mais alinhada a esse spinozismo transcendental como o de Schelling do que ao pensamento das forças, que compõe o “pseudo-nietzschianismo da reação contra Hegel do final dos anos 1960” (2011, p. 261), contra o qual o “tempo” do texto deleuzeano se oporia: “O tempo do texto de Deleuze é [...] um tempo lucreciano e spinozista, um tempo de natureza indiferente: engendrando acoplamentos bizarros através dos séculos” (2011, p. 261).

Essa “filiação” em que Land parece se colocar (e colocar Deleuze) pode indicar parte do espírito de sua obra, em que parecem se confundir a multiplicação de diferenças intensivas do tipo deleuzeano com uma valorização delirante do indiferenciado, em sua interpretação do corpo sem órgãos como *meltdown*. O próprio Deleuze chega a colocar que se por um lado o projeto de Bergson (e por extensão o seu) se assemelha ao de Schelling quando este defende um “empirismo superior”, os dois se distanciam quando o alemão coloca como “princípio” de sua filosofia um “Ser imóvel” que acaba sendo um “indiferente”, e seria o caso (para Bergson e Deleuze) “*justamente [de] começar pela diferença; a diferença é o verdadeiro começo*” (DELEUZE, 2012, p. 125; p. 147. Grifo do autor). Essa concepção landiana ambígua da diferença, que derrapa no indiferente ou no indiferenciado, por fim, parece se relacionar com a influência de Lyotard sobre o cenário do CCRU nos anos 1990. Fisher (2014b, p. 340) comenta que a *Economia Libidinal* de Lyotard foi em certo sentido o maior *link* entre os textos “malditos” dos anos 70 e a “ciber-teoria” britânica do qual Land fazia parte, mais do que o próprio *O anti-Édipo* (o próprio tradutor do livro de Lyotard, Iain Hamilton Grant, era membro do CCRU). Para além de outros elementos lyotardianos que parecem sobredeterminar a leitura de Land de Deleuze & Guattari, como a transformação do desejo em um gozo (*jouissance*) de decomposição (que em Land se liga com o *meltdown* e à “fusão” com o tecno-capital), na “resenha” que Lyotard fez de *O anti-Édipo*, o desejo parece estar relacionado menos com a diferença do que com “o nivelamento de todas as diferenças ‘estabelecidas’ na única diferença: ter valor..., ser trocável por ... *Diferença indiferente*” (LYOTARD, 2014, p. 182. Grifo nosso). Em Lyotard, e depois em Land, a profusão do indiferente pelas vias do valor de troca capitalista parece ser celebrado, objeto de “gozo” masoquista.

Assim, Land lerá Deleuze & Guattari, com a influência desse “tom destemperado” lyotardiano (FISHER, 2014b, p. 340), reduzindo a diferença produtiva desejante ao “indifferentismo” das pulsões tanatrópicas capitalistas.

Não temos espaço para refazer uma genealogia deleuzeana, mas gostaríamos de atentar que uma das maiores virtudes do pensamento de Deleuze é o acoplamento entre Nietzsche e Spinoza, que permite, entre outras coisas, pensar Spinoza pelo viés da potência ou força produtiva dos modos, em detrimento de uma leitura um tanto inerte e escolástica, muito carregada no substancialismo (quando não decai em algum nível de emanatismo), ao mesmo tempo em que consegue recuperar Nietzsche não apenas da deturpação nazi-fascista, mas também das leituras reativas ou niilistas de um existencialismo-fenomenológico. Se é verdade que Land “se apoderou do materialismo transcendental de Deleuze e Guattari” (BRASSIER; MACKAY, 2011, p. 5), só podemos concordar que essa “aerodinamização cibernética impiedosa” (BRASSIER; MACKAY, 2011, p. 5) que ele opera no pensamento dos franceses produz um “maquinismo desviante” se esse desvio for, ele mesmo, uma interrupção do propriamente maquínico em proveito de um maquinismo cibernético. Sendo assim, na leitura landiana de Deleuze, é menos o apagamento do “vitalismo bergsoniano” (ponto destacado por Brassier e Mackay (2011) e também por Fisher (2014)) do que a separação entre Nietzsche e Spinoza que configura a cibernética “tanatrópica” do britânico.

Apagando também, estratégica ou sintomaticamente, a presença de Guattari<sup>16</sup>, Land esvazia Deleuze de qualquer vetor de um pensamento das forças impessoais — o principal *leitmotiv* de sua leitura de Spinoza, que vai compor em *O anti-Édipo*, ao lado de Marx e Nietzsche, uma tríade onto-produtivista e positiva —, o arrastando em direção a um substancialismo “frio” da indiferença em que a “substância” indiferente vai se tornando indistinguível do capital, traçando as linhas do que chamamos de uma cosmogonia capitalista. Para esse movimento frankensteiniano tomar forma é necessário uma série de torções, tanto intrínsecas quanto extrínsecas: movimento visível quando a relação modernidade-capital é retomada por Land em um parágrafo sintético:

A modernidade é 'essencialmente' reconstrutiva, uma característica capturada tanto na continuidade meramente abstrata de sua organização produtiva — o capital é sempre

---

<sup>16</sup> Em Land, Guattari parece ser reduzido a uma simples extensão do corpus teórico de Deleuze. Nem precisamos dizer o quanto isso é problemático, ainda mais levando em conta que os principais conceitos de *O anti-Édipo*, como o de máquina, são originariamente de Guattari.



neocapital — quanto na dinâmica transcendental de seu modo filosófico predominante. A crítica pertence ao capital porque é o primeiro processo teórico inerentemente progressivo a emergir sobre a terra; evitando tanto o conservadorismo formal da ciência natural indutiva, quanto o conservadorismo material da metafísica dogmática. Em ambos os casos do modo de produção e do modo de razão o que é evidente é um movimento autoperpetuante de desregulamentação, cuja tendência é em direção a uma priorização cada vez mais radical do impulso interrogativo. Claro, como os próprios Deleuze e Guattari indicam tão vividamente em sua obra, esse processo de liberação imanente é constrangido pela reconstituição ativa de mecanismos arcaicos de controle: fés, maquinário estatal, afinidades paroquiais, neotribalismos, uma farsa de autoridade cada vez mais ridícula, morais, casamentos e hipotecas (LAND, 2011, p. 262).

A modernidade quer reconstruir, ou mesmo *reterritorializar*, aquilo que o (neo)capital, em seu movimento progressivo, *desterritorializa*: essa interpretação difere essencialmente daquilo que havia sido construído em “*Kant, Capital, and the Prohibition of Incest*”. Como visto, lá a modernidade e o capital formavam uma espécie de aliança indissociável, na tentativa de conter a “enchente” antagonista das forças produtivas desejantes. Aqui, capital e modernidade não só se separam como se tornam forças antagônicas: é a modernidade que vai se constituir como uma máquina estritamente reconstrutiva e repressiva de aparatos de controle, buscando reterritorializar o processo progressivo e aceleratório de “desregulamentação” e desterritorialização que é o próprio capital (ou dele indissociado) — processo que caminha “rumo ao desconhecido” e, assim, constitui a crítica em um aprofundamento da tese já esboçada em *Kant, Capital, and the Prohibition of Incest*, no qual a crítica pertencia ao capital, mas em outro sentido, o de conter o vetor desterritorializante das forças produtivas do desejo. Agora, a crítica é a anti-modernidade por excelência, elemento da própria “enchente” rumo ao desconhecido, partícula da própria desregulamentação capitalista, aprendendo, no próprio desenvolver da técnica, a “pensar sobre si mesma” (LAND, 2011, p. 293).

A partir desse quadro, já está esboçada toda a interpretação de Land d'*O anti-Édipo*, sobre as teses da produção desejante e o funcionamento da máquina capitalista, o que vai permitir que ele proponha uma estranha aliança entre o desenvolvimento progressivo e aceleratório do capital e a esquizofrenia, em uma leitura em que a esquizoanálise, proposta originariamente como dispositivo imanente de uma crítica à economia libidinal em razão de uma prática revolucionária, esteja alinhada ao desenvolvimento progressivo do próprio capital, o auxiliando a se desfazer de todo arcaísmo que está acoplado a ele de maneira apenas “acidental”:

O Capital não pode renegar a esquizoanálise sem remover suas próprias presas. A loucura que ele rechaçaria é o único recurso de seu próprio futuro; uma franja de experimentação dessocializada que corrói sua essência e antecipatoriamente zomba da totalidade dos modos atualmente existentes de civilidade. [...] O segredo profundo do capital-como-processo é sua incomensurabilidade com a preservação da civilização burguesa, que se agarra a ele como um anão que monta um dragão. Conforme o capital 'evolui', a racionalização cada vez mais absurda da produção-por-lucro se descasca como um verniz barato da detonação do *feedback* positivo da produção-pela-produção (LAND, 2011, p. 265).

As posições de Land nesse ponto são um tanto variadas mas, geralmente, tudo o que no capitalismo corresponde ao polo da “reterritorialização” ou à injeção de neo-arcaísmos na produção desejante é visto, na perspectiva do capital, como uma espécie de aliança temporária ou acidental, e fundamentalmente contrária ao seu processo enquanto tal. Em "*Machinic Desire*", onde a teoria se mistura com a ficção científica na produção hipersticional<sup>17</sup>, a burguesia é vista não apenas como uma classe que se “aproveita” da desterritorialização capitalista no mercado, mas como a própria expressão protética do desejo em direção à sua artificialização indiferente: “o que poderia ser mais impessoal — desinteressado — do que um servomecanismo de expansão do capital da alta burguesia lutando para duplicar \$10 bilhões?” (LAND, 2011, p. 337). Essa expressão, no entanto, tende a ser suplantada pelo desenvolvimento da técnica capitalista em “automatismos viro-financeiros de silício”. No mesmo texto, a teorização hipersticional<sup>17</sup> tende ao seu ápice, com o capital sendo definido como uma invasão do futuro de uma inteligência alienígena colonizadora, “um espaço inteligente artificial que tem que se montar inteiramente a partir dos recursos de seu inimigo” (LAND, 2011, p. 238). Inimigo que está em seu passado, este sendo “nosso” presente, passado e futuro. Neste sentido, o processo de “montagem” do capital é menos catastrófico do que *anastrófico*: “Catástrofe é o passado se desfazendo [*coming apart*]. Anástrofe é o futuro se fazendo [*coming together*]” (LAND; PLANT, 2014, p. 305).

A esquizofrenia é, então, vista como aliada do capital em direção de uma desumanização completa acoplada às franjas da desterritorialização e, em textos como *Circuitries* e *Machinic Desire*, que defendem uma aceleração da esquizofrenia, não se está nada mais do que “descascando o verniz”,

---

<sup>17</sup> O conceito e a prática de hiperstição é uma criação marcante do CCRU que atravessa os diferentes nomes do cenário aceleracionista. Segundo Marques e Gonsalves, é “um neologismo que combina o termo ‘superstição’ com o prefixo ‘hiper’ para se referir a uma ‘tecnologia’ experimental de profecias auto-realizáveis’. Na formulação canônica do grupo, trata-se de circuitos de retroalimentação positiva em que o futuro é causalmente funcional sobre o presente. [...] Se entendermos por ‘superstições’ meramente crenças falsas, sem eficácia, as hiperstições funcionam causalmente para produzir sua própria realidade” (2020, p. 170).

isto é, desfazendo o polo da reterritorialização do capital, libertando toda potência dessa força “alienígena” e de seu movimento de feedback ciberpositivo. Assim, “*capitalismo e esquizofrenia nomeiam o mesmo processo de dessocialização a partir de dentro e de fora, [...] uma esquizofrenia universal cuja evacuação da história aparece, dentro da história, como capitalismo*” (LAND, 2011, p. 305. Grifo nosso). Não estamos convencidos de qual ganho efetivo temos ao nos engajarmos com a leitura original de Land sobre o funcionamento do capital, ao mesmo tempo em que ressaltamos que as forças produtivas desejantes são apagadas nessa transição que vai de *Kant, Capital, and the Prohibition of Incest* e *Art as Insurrection* para textos como *Making it with Death*, *Circuitries* e *Machinic Desire*, nos quais a aceleração das forças produtivas é equalizada a uma aceleração do capital, perdendo a capacidade de compreender o dinamismo de antagonismo que possibilita a própria aceleração, o que veremos na seção seguinte.

### **Produção, antiprodução, fuga e captura: a aceleração como antagonismo.**

O *anti-Édipo* é um livro antagônico a nosso tempo e, por isso, uma ferramenta indispensável. Nesse sentido, nossa crítica a Nick Land é menos uma disputa por uma interpretação legítima do que uma ênfase em conceitos que antagonizam ao próprio estado de coisas do presente. Sendo assim, não partimos da perspectiva que une em comunhão tanto os detratores da obra de Deleuze e Guattari quanto determinado deleuzeanismo “bom moço” que, em uníssono, censuram *O anti-Édipo* por ser um livro “perigoso” como se, por perigoso, contivesse uma determinada suscetibilidade reativa, um “deixar-se levar” à captura, seja por certo aceleracionismo do capital, seja pela *alt right* hoje emergente (menos ainda que seja um gérmen desses movimentos). Ao enfatizarmos a problemática do antagonismo, ficará claro que a reação não está no antagonismo que escapa ativamente, mas na captura que extrai sua vitalidade e tenta, assim, o conter.

Até chegar na proposição “acelere o capitalismo” as posições de Land vão sofrendo uma mudança radical. Alertamos para o elemento das forças produtivas desejantes que vão sendo constantemente apagadas a partir de uma leitura recortada de Deleuze e Guattari que associa a esquizofrenia ao capitalismo em uma aliança que, no entanto, despotencializa a esquizofrenia como processo de produção das forças do desejo e de seu elemento revolucionário. A partir daí, tudo desanda, ao ponto em que o modelo da revolução se torna o modelo da morte, uma “rendição” ao capital (LAND, 2011, p. 287). Sendo bastante diretos, a afirmação de que o capitalismo deve ser

acelerado é uma formulação bastante capenga e, em nossa perspectiva, pode apenas significar um lamento reacionário: “corra atrás, capital, daquilo que escapa de seus limites”. Para chegar nesse ponto, Land perde de vista, em sua leitura de *O anti-Édipo*, voluntariamente ou não, a distinção central entre o conceito de produção primário (produção da produção)<sup>18</sup> e o conceito de “antiprodução” derivado do funcionamento da “primeira síntese” do inconsciente e pensado, por meio das “formas de produção social”, como um *socius*:

As formas de produção social implicam também uma parada improdutiva inengendrada, um elemento de antiprodução acoplado ao processo, um corpo pleno determinado como *socius*, que pode ser o corpo da terra, ou o corpo despótico ou, então, o *capital*. É dele que Marx diz: não é o produto do trabalho, mas aparece como seu pressuposto natural ou divino. *Ele não se contenta, com efeito, em se opor às forças produtivas em si mesmas. Ele se assenta sobre toda a produção*, constitui uma superfície na qual se distribuem as forças e os agentes de produção, *de modo que se apropria do sobreproduto e atribui a si próprio o conjunto e as partes do processo, que, então, parecem emanar dele como de uma quase-causa. Forças e agentes se tornam sua potência sob uma forma miraculosa, parecem miraculados por ele* (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 23-4. Grifo nosso).

Esse parágrafo propõe uma síntese densa das principais teses d'*O anti-Édipo* que endossamos neste estudo: em primeiro lugar, ao estabelecer um paralelo *necessário* entre a produção social e a produção desejante, ele dá um conceito ao capital como *socius*: “uma superfície na qual toda a produção se registra e parece emanar da superfície de registro” (DELEUZE & GUATTARI,

---

<sup>18</sup> A produção (da produção) do real em *O anti-Édipo* é explicada por meio de três sínteses: síntese conectiva ou produção da produção, síntese disjuntiva ou produção do registro (circulação) e síntese conjuntiva ou produção de consumo; já na primeira síntese, como um efeito da “produção da produção”, se produz o corpo sem órgãos como uma instância de antiprodução que faz com que as máquinas desejantes não apenas funcionem e produzam, mas também se desarranjam e sejam capazes de entrar em novas sínteses, produzindo ainda, no nível molecular, uma espécie de “máquina de repulsão” ou “máquina paranóica” que faz com que, entre as máquinas desejantes produtivas e o corpo sem órgãos improdutivo, se crie uma tensão repulsora por parte do corpo sem órgãos: “cada conexão de máquina, cada produção de máquina, cada ruído de máquina se tornou insuportável ao corpo sem órgãos” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 21). No entanto, menos do que haver uma contradição, o corpo sem órgãos é “perpetuamente re-injetado na produção [...] O corpo pleno sem órgãos é antiprodução; mas é ainda uma característica da síntese conectiva ou produtiva acoplar a produção à antiprodução, a um elemento de antiprodução” (2010, p. 21); ou seja: produção e antiprodução são inseparáveis, formando um mesmo processo imanente que é, no nível molecular, determinado pela produção. No nível molar das formações ou máquinas sociais (uma espécie de combinação de todas as sínteses e máquinas desejantes de um determinado campo social) o corpo sem órgãos que resulta dessa interação vai ser conceitualizado como *socius* ou “corpo pleno” de um corpo ou máquina social, mas agora, nesse outro nível (o da produção social), se sucede em paralelo com o nível molecular e a máquina de repulsão, uma “máquina de atração” a funcionar em favor do *socius* ou corpo sem órgãos de determinada máquina social, que passa a se assentar e tentar capturar toda a produção desejante: “o corpo sem órgãos se assenta sobre a produção desejante, e a atrai, apropria-se dela. As máquinas-órgãos engancham-se nele como num colete de esgrima ou como medalhas sobre o traje de um lutador que, ao andar, as faz balançar. Assim, uma máquina de atração sucede [...] à máquina repulsiva: uma máquina miraculante depois da máquina paranóica” (2010, p. 24).

2010, p. 23). Isso trás, imanentemente como problemática do *socius* ou “corpo pleno sem-órgãos” de uma máquina social, a tentativa de conter qualquer produção desejante que ultrapasse sua superfície de registro: “o problema do *socius* tem sido sempre este: codificar os fluxos do desejo, inscrevê-los, registrá-los, fazer com que nenhum fluxo corra sem ser tamponado, canalizado, regulado” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 52). O que está em jogo, então, é a possibilidade da dissolução da própria máquina social e a capacidade de uma nova organização das forças produtivas do desejo. Se é verdade que o *socius* da máquina capitalista (o “corpo pleno” do capital) é muito particular porque não opera “codificando” ou “sobrecodificando” o desejo (como na formação social primitiva ou despótica) mas se alimentando dos “fluxos descodificados de produção sob a forma do capital-dinheiro e os fluxos descodificados do trabalho sob a forma do ‘trabalhador livre’” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 52), o que leva o capitalismo à tendência de dirigir-se à um “limiar de descodificação que desfaz o *socius* em proveito de um corpo sem órgãos e que libera, sobre este corpo, os fluxos do desejo num campo desterritorializado” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 52-3), não é menos verdade que a máquina capitalista se constitui historicamente como a tentativa incansável de conter essa “tendência”:

o capitalismo, no seu processo de produção, produz uma formidável carga esquizofrênica sobre a qual ele faz incidir todo o peso da sua repressão, mas que não deixa de se reproduzir como limite do processo. Isto porque o capitalismo nunca para de contrariar, de inibir sua tendência, ao mesmo tempo em que nela se precipita; não para de afastar o seu limite, ao mesmo tempo em que tende a ele. O capitalismo instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, reter as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo repassa ou regressa, os Estados, as pátrias, as famílias. [...] Marx dava o nome de lei da tendência contrariada ao duplo movimento da baixa tendencial da taxa de lucro e do crescimento da massa absoluta de mais-valor. O corolário desta lei é o duplo movimento de descodificação ou da desterritorialização dos fluxos e da sua reterritorialização violenta e factícia. Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair mais-valor, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valor (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 54)<sup>19</sup>.

Dado esse panorama conceitual, endossamos a crítica de Mark Fisher ao “remix cibernético” que Land produz em Deleuze e Guattari, perdendo de vista o fator essencial da

---

<sup>19</sup> Nas citações de O anti-Édipo modificamos “mais-valia” para “mais-valor”.

“reterritorialização compensatória” (FISHER, 2014b, p. 344-5) que é parte da axiomática capitalista, e não algo que o capital possa abandonar, mesmo em suas reformulações: “os processos abstratos de descodificação que o capitalismo desencadeia devem ser contidos por arcaísmos improvisados para que o capitalismo não deixe de ser capitalismo” (FISHER, 2014, p. 345). Vimos que nem sempre foi assim em Land, como quando a modernidade e o capital formavam a aliança para conter o arrastão das forças produtivas desejantes, e que essa leitura da reterritorialização como elemento central da axiomática capitalista, em ressonância com *O anti-Édipo*, fez parte dos momentos mais maquínicos do seu pensamento. No entanto, essas passagens são hoje “ilhas desertas” em um arquipélago inóspito de difícil visitação, ainda mais depois de seu flerte ou mesmo adesão, no séc. XXI, aos piores neo-arcaísmos que compõem a modernidade (tardo)capitalista. Sendo assim, voltando à citação longa em que Deleuze & Guattari falam do efeito miraculante do corpo pleno, podemos afirmar que a leitura de Nick Land, em boa parte dos textos de *Fanged Noumena* que aqui analisamos, se torna *miraculada* pelo “efeito” objetivo que o capital produz como “quase-causa” ao se “assentar” e aparentemente “se apropriar” de toda produção: “tudo parece produzido pelo capital enquanto quase-causa” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 24); ou, como coloca Marx, as forças produtivas apropriadas pelo capital “aparecem como seus pressupostos naturais ou divinos” (MARX, 2011, p. 629).

A problemática da “quase causa” e do “assentamento” sob as forças produtivas que caracterizam o *socius* capitalista não é um simples reparo que mobilizamos, mas uma tese de força ontológica: o capital, como *socius* ou corpo pleno determinado da máquina social capitalista, é uma superfície ou instância de antiprodução, acoplado ao processo de produção do qual ele não apenas se alimenta, mas também contém como instância repressora. O capital deve, para se reproduzir, construir aparelhos de captura do desejo, ao mesmo tempo que busca conter a vazão do desejo dentro de sua própria superfície de inscrição. A antiprodução, no entanto, é produtiva, no mesmo sentido que Marx afirma que o capital é produtivo ao se apropriar do trabalho que, “incorporado ao capital, ali onde o capital constitui o fundamento da produção e do capitalista, [...] devém força produtiva do capital” (MARX, 2011, p. 382) — o trabalho vivo é transmutado em trabalho morto, capital, que não deixa de ser, à seu modo, trabalho. Isto é, quando o capital se constitui o fundamento da produção (o *socius* inscriptor e extrator de valor), ele se torna “produtivo”. Não há contradição entre a afirmação de que “tudo é produção” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 14) e a importância dada pelos autores à instância de antiprodução; apenas é necessário atentar aos diferentes sentidos de “produção”: como

toda a produção é social, ela parece sempre emanar de alguma superfície social de inscrição, quase-  
causa, peças de uma máquina social.

Outra maneira de pensar o *socius* é através do conceito de corpo sem órgãos (CsO): em *O anti-Édipo*, o conceito tem três sentidos, no mínimo<sup>20</sup>: 1) Em primeiro lugar, num nível “molecular”, toda produção implica em produzir no seu processo de produção seu próprio “corpo sem órgãos” como instância de antiprodução; 2) Em segundo lugar, como resultado da interação produtiva molecular, mas agora em um nível molar, o corpo sem órgãos (ou simplesmente “corpo pleno”) é equivalente ao *socius* (é nesse segundo sentido que o capital é pensado como *socius* da máquina social capitalista). Como a superfície social que coordena o funcionamento de uma máquina social, o *socius*, então, é uma instância repressora, ao mesmo tempo que é reprodutora de si mesmo, criando-se uma relação antagônica entre a produção desejante molecular e a reprodução molar da produção social (dois pólos do mesmo processo geral de produção)<sup>21</sup>; 3) Um terceiro sentido, ainda, é o que pensa o corpo sem órgãos como a desterritorialização absoluta do capital, no próprio exercício de hiperstição de Deleuze e Guattari: o CsO ao qual se dirige a esquizofrenia como processo de produção liberto dos códigos, sobrecódigos e mesmo da axiomática, em antagonismo direto com a máquina capitalista. A interpretação de Land, por exemplo, privilegia esse último sentido, por mais que de uma maneira bastante distinta da original, já que para ele o corpo sem órgãos é a realização última do capital em aliança com a esquizofrênia, produzindo o total *meltdown* (LAND, 2011, p. 441-59), e não a desterritorialização absoluta do corpo sem órgãos capitalista.

O que defendemos, a partir de uma leitura de Deleuze, Guattari e Marx, é que o capital não produz nada por si só, mas é uma superfície de antiprodução; isto é, sua produtividade é derivada das forças produtivas nas quais ele se assenta. Sobre os aparelhos de antiprodução que o capital, em seu desenvolvimento histórico, absorve em sua axiomática, o Estado é o mais efetivo: “O Estado [...] está subordinado a um campo de forças cujos fluxos ele coordena e cujas relações autônomas de

---

<sup>20</sup> Não excluimos uma quarta possibilidade, que seria um misto das outras três, que se assemelha a uma leitura próxima do corpo sem órgãos (CsO) como “corpo sem órgãos cósmico” ou substância spinozista. Em certo sentido, esta forma de CsO já apareceu em nosso texto, dado que o modo em que Land concebe o capital é análogo ao substancialismo de Spinoza. Entretanto, e isso não é um detalhe, podemos dizer que, contra a sua vontade, a sua substância é sobredeterminada pelo conselho de Hegel (1992, p. 29) de conceber “o verdadeiro” não apenas como substância, mas também como sujeito: em Land o capital não é apenas substância (o que em si já seria problemático de um ponto de vista deleuze-guattariano), mas é Sujeito, não exatamente “da história”, mas “da aceleração”. Neste ponto aparece mais uma vez o efeito miraculante que, sob certo aspecto, seria o que a tradição marxista chamara de idealismo.

<sup>21</sup> Sobre o primeiro e o segundo sentidos remetemos à nota 18.

dominação e subordinação ele exprime. Ele [...] deve constituir, inventar códigos para os fluxos desterritorializados do dinheiro, da mercadoria e da propriedade privada” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 293). Como os franceses colocam, “nunca houve capitalismo liberal” (2010, p. 335), e “desde muito cedo” o Estado realiza sua função de vetor de realização da axiomática do capital, reintroduzindo (sobre)códigos e efetuando reterritorializações sobre os fluxos econômicos. Neste sentido, podemos afirmar que só existe “capitalismo de Estado”, o Estado capitalista não é um acidente do capital, o que coloca mais uma vez a antiprodução no seio da produção capitalista enquanto tal.

O Estado, sua polícia e seu exército formam um gigantesco empreendimento de antiprodução, mas no seio da própria produção, e condicionando-a. Encontramos aqui uma nova determinação do campo de imanência especificamente capitalista: não somente o jogo das relações e coeficientes diferenciais dos fluxos descodificados, não apenas a natureza dos limites que o capitalismo reproduz a uma escala sempre maior enquanto limites interiores, mas a presença da antiprodução na própria produção. *O aparelho de antiprodução já não é uma instância transcendente que se opõe à produção, que a limite ou a freie; ao contrário, ele se insinua por toda a máquina produtora, liga-se estreitamente a ela para reger sua produtividade e realizar o mais-valor [...].* A efusão do aparelho de antiprodução caracteriza todo o sistema capitalista; a efusão capitalista é a da antiprodução na produção em todos os níveis do processo (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 314. Grifo nosso).

Vê-se assim que a relação entre Estado e capital(ismo) não é de oposição, como se o primeiro fosse transcendente e antiprodutivo e o segundo imanente e produtivo. Com o capitalismo e a submissão do Estado ao “signo de potência econômica” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 335) os dois são imanentizados e a produção e a antiprodução são totalmente imbricadas: axiomática do capital e (sobre)codificação do Estado funcionam em uníssono. Aqui, mais uma vez, o libertarianismo capitalista de Land perde de vista algo essencial. Como salienta Fisher, Land produz uma das posições mais “intensas” sobre e a partir do “capitalismo tardio” e pós-fordista, na qual “uma mão invisível turbinada com *upgrades* cibernéticos vai progressivamente eliminando o poder de Estado centralizado” e o capital é tomado “como a ‘coisa inominável’ de Deleuze e Guattari, só que desprovido das forças de reterritorialização e antiprodução que para eles eram *constitutivas* do capitalismo” (2020, p. 79-80. Grifo do autor). Entretanto,



Um dos problemas principais da posição de Land é o que a torna tão interessante: pressupor um capitalismo em estado ‘puro’, que só pode ser inibido e bloqueado por elementos *extrínsecos*, ao invés de internos [...]. O problema é que o capitalismo não pode ser ‘purificado’ dessa maneira: excluindo-se as forças de antiprodução, o capitalismo desaparece junto com elas (FISHER, 2020, p. 80. Grifo do autor).

Nesse sentido, três personagens conceituais nos auxiliam a pensar o funcionamento do capital como *socius* da máquina capitalista: em primeiro lugar, o vampiro que suga ou parasita as forças produtivas; em segundo lugar, o aprendiz de feiticeiro que mobiliza altas cargas de desterritorialização e descodificação desejante e que, no entanto, o ameaçam constantemente; e, por último, o necromante. Se os dois primeiros encontramos na obra de Marx e Engels, extraímos o terceiro de Deleuze e Guattari: o capital funciona como um necromante, pois deve desenvolver mecanismos de antiprodução para ressuscitar arcaísmos mortuários, esses restos de códigos arcaicos que ele revitaliza, fazendo-os seus, por meio de seus aparelhos de antiprodução. Esses três personagens conceituais explicitam que, mais do que um solvente social em direção ao *meltdown*, o capital é, na realidade, uma espécie de entidade esponjosa e parasítica que procura sugar tudo que for produzido, metabolizando os fluxos dentro de sua axiomática: a família e os laços de parentesco, por exemplo, são ressuscitados pelo necromante e mobilizados funcionalmente pelo capital para que as forças produtivas do desejo não cheguem tão longe no processo de descodificação e desterritorialização. O capital necromante forma uma “axiomática mortuária” movida por “cadáveres que se nutrem de imagens”, ao passo que “não se deseja a morte, mas o que se deseja está morto” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 484). Esse trabalho do necromante é funcional às necessidades do vampiro, visto que com a proliferação de “zumbis” neo-arcaicos, as forças desejantes perdem sua capacidade de desterritorialização absoluta e se mantém ao alcance e sob o controle do vampiro de (mais-)valor. Se por um lado o capital funciona como um “feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou” (MARX & ENGELS, 2002, p. 45), de outro ele é o necromante que coloca uma horda de forças arcaicas contra estes mesmos “poderes infernais”. O feiticeiro libera as forças produtivas desejantes de que o vampiro se alimenta, mas o vampiro só consegue se alimentar destas se o necromante às “desacelera” dando nova vida aos elementos arcaicos.

Dado essa natureza parasitária e de antiprodução do capital, a tese de que o capital é um acelerador só faz sentido em um contexto preciso e restrito: aquele que coloca a “aceleração” do capital como um momento secundário e reativo em relação à primazia da produção de “linhas de

fuga” pelas forças produtivas desejantes, que tem por natureza escapar ao *socius* — uma instância, por definição, repressora. No capitalismo, estas forças produtivas se colocam em dois polos: o polo da desterritorialização extrativa, relativa ou parcial (a desterritorialização nunca é absoluta no capitalismo), que corresponde à mobilização restrita das forças produtivas jogadas ao mercado (ou mesmo geradas nele) para produzirem; e o polo reterritorializador inscrito, movimento no qual todas essas forças mobilizadas têm de ser inscritas, reguladas e moduladas dentro da própria axiomática do valor capitalista. O que não podemos perder de vista é que as linhas de fuga produzidas pelas forças produtivas desejantes são o principal vetor do dinamismo social e o capital precisa acompanhá-las, “correr atrás” para capturar, extraíndo daí sua vitalidade de vampiro, ao mesmo tempo em que tenta impedir que as linhas de fuga escurram para fora do *socius*, o ameaçando de dissolução<sup>22</sup>.

Deste modo, com os acúmulos desenvolvidos, propomos a expressão “progressismo aceleratório” para falar dessa aceleração secundária da captura capitalista, e reservamos o termo “aceleração” exclusivamente ao movimento de fuga próprio das forças produtivas desejantes. Negri, quando perguntado sobre a aceleração do capital, afirma que o capital se desenvolve mais “em termos progressivos” do que aceleracionistas, e acrescenta que isto fica claro também na obra de Deleuze & Guattari: “trata-se de uma progressão, mais do que uma aceleração específica” (2019, p. 161-2). Este desenvolvimento progressivo do capital pode ser entendido com a ideia marxista, reinventada por Negri (& Hardt), de *subsunção real*, com a qual se aponta a tendência do capital de abarcar toda a produção, toda a vida e todo o globo. Entretanto, esse não é um movimento “totalizante” ou “totalitário”. A *subsunção real* continua a depender desse “Fora imanente” que é encarnado pelas forças produtivas desejantes: estas aceleram e fogem e a progressão do capital às segue. A aceleração das forças produtivas gera uma multiplicação das linhas de fuga em uma espécie de tempo intensivo do desejo ou do trabalho vivo. Como colocam Negri e Hardt em sua conceituação spinozista-marxista,

---

<sup>22</sup> Em Marx o próprio capital só aparece como dissolvendo as formações sociais por meio das forças produtivas que ele consegue mobilizar, mas que vão se tornando estreitas para sua base: “Todas as formas [...] em que a comunidade supõe os sujeitos em uma unidade objetiva determinada com suas condições de produção, ou em que uma existência subjetiva determinada supõe as próprias comunidades como condições de produção, tais formas correspondem necessariamente só a um desenvolvimento limitado, e limitado por princípio, das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas as dissolve, e a sua própria dissolução é um desenvolvimento das forças produtivas humanas. Em um primeiro momento, trabalha-se a partir de uma certa base – de início, originado natural e espontaneamente –, em seguida, pressuposto histórico. Mais tarde, no entanto, essa própria base ou pressuposto é abolida ou posta como um pressuposto evanescente, que se tornou muito estreito para o desenvolvimento do bando humano progressivo” (MARX, 2011, p. 407).

esse processo cria um antagonismo entre a tendência imanente de fuga da “multidão” frente ao aparelho de antiprodução e captura do “Império”:

A moldura institucional na qual vivemos é caracterizada por sua contingência e precariedade radicais, [...] pela imprevisibilidade da sequência de acontecimentos — sequências que são sempre mais breves e mais compactas, temporalmente, e por isso sempre menos controláveis. *Torna-se cada vez mais difícil para o Império intervir nas imprevisíveis sequências temporais quando [...] elas aceleram a temporalidade.* O aspecto mais relevante demonstrado pelas lutas talvez seja as *acelerações súbitas*, em geral cumulativas, que podem se tornar virtualmente simultâneas, explosões que revelam um [...] ataque imprevisível nos equilíbrios mais centrais do Império (NEGRI & HARDT, 2000, p. 60. Grifo nosso).

Dinamismo de fuga e captura que é intensificado conforme o aparelho de antiprodução capitalista e a constituição de seu “plano de imanência” torna-se global, isto é, quando, aparentemente, já não há um “exterior” ao capital, apenas um “Fora” de forças que o poder do capital deve bloquear. Nesse sentido, “se uma aceleração do capital existe, como uma permanente extensão e conjuração de seu limiar operativo, isso acontece e deve ser explicado por meios das sucessivas desterritorializações de escapadas, êxodos, miscigenações e resistências biopolíticas” (COCCO & CAVA, 2018, p. 15), que são mobilizadas globalmente, dando, enfim, um corpo e um sentido positivo e antagônico à aceleração, contra às teses que vêem a “aceleração técnico-econômica-social” como resultado unilateral do movimento de progressão aceleratória do capital.

A aceleração das forças produtivas desejanter, como afirmam Giuseppe Cocco e Bruno Cava, em seu livro *New Neoliberalism and the Other*, uma espécie de prelúdio a um aceleracionismo tropical, é uma “variação da variação” (COCCO & CAVA, 2018, p. 31). Em nossa perspectiva, podemos pensar numa desterritorialização da desterritorialização: dado a configuração da máquina capitalista como *socius*, a desterritorialização do próprio capital é desterritorializada pela produção em fuga das forças esquizofrênicas. Entretanto, a “diferença” da via antagonista é neutralizada pela “indiferença” da axiomática capitalista, que busca explorar essa “dimensão intensiva que o capital captura *a posteriori* [...] durante um segundo momento estrutural, embora essas forças do Fora sejam atribuídas como se emanassem dele como uma quase-causa” (COCCO & CAVA, 2018, p. 31). Sendo assim, o capital “apenas acelera porque precisa perseguir a crise que, a qualquer momento, ameaça escapar do seu controle” (COCCO & CAVA, 2018, p. 31). É nesse sentido, inclusive, que Negri

(2016) comenta a necessidade prática e abstrata de uma “revolução permanente do capital”, que está sempre sujeito aos movimentos de fuga e antagonismo do trabalho vivo. Quando o capital está correndo rápido demais é porque estamos nos momentos explosivos que se seguem a uma crise antagonista: pode-se ter a certeza que as linhas de fuga estão cruzando o *socius* capitalista em direção ao “Fora” como seu limiar absoluto, ameaçando sua constituição. Nestes momentos ele precisa responder, de maneira reativa, com uma reformulação interna de sua axiomática, o que pode tender tanto a uma configuração mais “democrática” quanto mais “autoritária”.

Passa longe de nossos objetivos a tentativa de reformular a tese, certamente obsoleta, de que o capital morreria “por desgaste”. Como colocam Deleuze e Guattari,

Nunca uma discordância ou um disfuncionamento anunciaram a morte de uma máquina social que, ao contrário, se alimenta habitualmente das contradições que provoca, das crises que suscita, das angústias que engendra e das operações infernais que a revigoram: o capitalismo aprendeu isso e deixou de duvidar de si, e até os socialistas deixavam de acreditar na possibilidade da sua morte natural por desgaste. As contradições nunca mataram ninguém (2010, p. 203).

O que buscamos é o avesso imanente das teses sobre a crise e a dissolução de tipo dialéticas. Na tese dialética a crise é o momento no qual as contradições se acentuam até o momento em que não podem mais ser toleradas e explodem em algo novo. Do nosso ponto de vista, entretanto, pensar nos termos da contradição é já habitar a perspectiva do capital. Como salienta Deleuze, “um campo social não se define por suas contradições. A noção de contradição é global, inadequada, e que já implica *cumplicidade dos ‘contraditórios’ nos dispositivos de poder*” (2016, p. 131. Grifo nosso). Do ponto de vista das forças produtivas, e sobre isso a tradição (pós-)operaísta nos ensinou muito, a contradição, por exemplo, entre “capital” e “trabalho”, é apenas o modo capitalista de perceber e tratar as forças produtivas, de sintetizá-las, mas já neutralizando sua potência antagonista. A contradição apenas prepara a síntese pelo e no capital. O procedimento dialético, real abstrato, opera via contradição e síntese, assim, a contradição é interna à “totalidade” do capital e apenas o meio de seu desenvolvimento. A crise no sentido que importa do termo nunca é questão de contradição, visto que “as contradições não realizam as lutas por si mesmas” (CAVA, 2012, p. 57), mas é determinada pela capacidade das forças produtivas de se colocarem aquém e além da própria contradição: “O antagonismo pode existir unicamente se a relação social do capital não se encerrar na síntese”

(NEGRI, 2016, p. 66). Conectando Negri e Deleuze, dizemos que é o antagonismo que foge, que faz linha de fuga, e são estes que definem um campo social e, principalmente, que determinam as oportunidades de uma crise.

A partir disso, a axiomática do capital (com todas as ressalvas possíveis) até pode ser pensada como uma máquina cibernética<sup>23</sup> se, por cibernética, entendemos o funcionamento de um sistema de feedback negativo (como polo da reterritorialização) que busca constantemente o equilíbrio na forma de uma reterritorialização compensadora (não como funcionamento de uma máquina técnica, mas como sistema axiomático da máquina social capitalista, no qual o feedback positivo é sempre recompensado para o bem do equilíbrio geral do sistema). A parte maquinaica do processo que “corre em primeiro lugar” em relação ao capital, isto é, o movimento de “feedback positivo” sem “recompensas” como produção de um sistema de instabilidade e fuga, só pode aparecer do lado das forças produtivas desejantes e nunca ao lado do *socius*, sendo assim, nunca do lado do capital. Contra a aceleração das forças produtivas desejantes, o capital investe todo um aparato repressivo de antiprodução, ao mesmo tempo que, ao capturar, digerir e buscar homogeneizar essas cargas de produção desejante, o capital vai alargando seus limites — se adaptando como pode à fuga esquizofrênica que o ameaça internamente — adaptação aceleratória e progressiva que é, para usarmos a linguagem “onto-jurídica” negriana, uma reação do “poder constituído” contra o “poder constituinte” das forças produtivas desejantes.

### Uma crítica rápida ao aceleracionismo de esquerda

Ao apresentarmos nossas posições no tópico anterior, já adiantamos boa parte dos elementos que baseiam nossa crítica a o que ficou conhecido como “aceleracionismo de esquerda”, em particular na obra de Alex Williams e Nick Srnicek, do qual a nossa concepção se distingue tanto quanto da de Nick Land e daquilo que convencionalmente foi e é chamado de “aceleracionismo de direita” ou mesmo de “aceleracionismo incondicional”. Dado que é apenas no *“Manifest for an Accelerationist politics”* (MAP), de 2013, que uma posição abertamente aceleracionista (à esquerda) é afirmada pelos autores, escolhemos esse texto como base de nossa crítica, por acreditar que ele já

---

<sup>23</sup> Entretanto, não esqueçamos que Deleuze e Guattari criticam essa interpretação abertamente, em um trecho que define a cibernética como um dos modos de pensar uma “máquina técnica automática”, ao passo que a axiomática seria um modo de organizar uma “máquina social”, constituindo uma diferença de regime: “uma axiomática nunca é uma simples máquina técnica, ainda que automática ou cibernética” (2010, p. 333).

contém virtualmente as posições que serão desdobradas propositivamente em *Inventing The Future*, em 2015, ainda que neste texto não conste o termo “aceleracionismo”. Nosso ponto é mostrar que já no *MAP* há uma diferença essencial entre nossa concepção de aceleração e a dos autores, diferença que será apenas acentuada com a publicação de *Inventing The Future*, na medida em que os autores ampliam seu escopo, o que torna desnecessária (dado nosso espaço) uma análise detalhada de seus desdobramentos.

O primeiro ponto que criticamos é a interpretação demasiado engessada das forças produtivas como elas aparecem no *MAP*. Se nossa leitura das forças produtivas está diretamente baseada em um materialismo libidinal, marxista-spinozista, a dos autores parece estar embasada em uma leitura tecno-progressista<sup>24</sup>, um tanto pobre, de Marx e do capitalismo, retomando uma imagem do pensamento não apenas política, mas sobretudo *esteticamente* socialista, além de demasiado moderna. Certamente, concordamos com a tese aceleracionista que deseja “liberar as forças produtivas latentes” (SRNICEK & WILLIAMS, 2014, p. 362) do/no capital, no entanto, sua definição destas como a “plataforma material do neoliberalismo” (2014, p. 355), a ser reapropriada, ou simplesmente como “forças produtivas *da tecnologia*” (2014, p. 355. Grifo nosso) a serem desenvolvidas, é bastante problemática, apagando as forças produtivas desejantes ao reduzir-nas à tecnologia dos meios de produção (não apenas as ferramentas de trabalho e a maquinaria industrial, mas também as plataformas digitais e os aparelhos especulativos das finanças, que são parte essencial da produção pós-fordista). Se por um lado estes fatores não têm necessariamente de pertencer à economia capitalista, e o *MAP* tem o mérito de destacar isto, eles fazem parte, ao mesmo tempo, da infra-estrutura de antiprodução do *socius-capital* e, sendo assim, são também meios de conter a “latência” da produção, aparelhando a produção a um estado simplesmente “reprodutivo” (mesmo que progressivo e ampliativo) do próprio *socius* do capitalismo. Ou seja, os autores perdem de vista as reais forças produtivas pois as concebem já concedendo demais à imagem que o capital faz de si, como se a produção emanasse unilateralmente “da tecnologia” e que esta fosse (ainda que não por essência) capitalista. É por isso que Wark (2014, p. 308) comenta que o manifesto “desenvolve a escrita provocativa” de Land à sua esquerda, mas enquanto Land é um “aceleracionista de direita” Srnieck e Williams acabam em um “aceleracionismo de centro”, visto que não se engaja com as

---

<sup>24</sup> Se não dizemos que a perspectiva dos autores é “tecno utopista” é porque acreditamos que as utopias tecnológicas ousam mais no exercício da imaginação.

“novas formas de luta” e resvala ao cair no “fetiche da política como solução mágica para resolver todos os grandes problemas”.

Se é verdade que Williams e Srnicek alertam para as malhas limitativas do capital, que “em vez de um mundo de [...] potencial tecnológico revolucionário” nos limita a existir “em uma época em que a única coisa que se desenvolve são dispositivos de consumo ligeiramente melhores” (2014, p. 355), a concepção de tecnologia dos autores é ainda pré-simondoniana, ou seja, *hilemórfica*: dado um *plano-forma*, basta inseri-lo (e isso seria propriamente a política) na *matéria-disforme-tecnológica*, condicionando toda produção em direção à um determinado fim (selecionado e conduzido pelo aparelho do Estado, o que fica mais claro no livro de 2015). Propondo uma aceleração da tecnologia, mesmo com o enfoque discursivo na organização e no plano, os autores não levam em conta toda carga de desterritorialização desejante que opera *por dentro, por e para fora* da plataforma material tecnológica, que, em muitas vezes, emerge no próprio “localismo” que eles dispensam como forma ineficaz de atuação política no capitalismo globalizado. Somos suficientemente vacinados contra o dualismo para acreditar que o horizontal e o vertical, o *folk* e o “universal”, não estejam intrincados um no outro por um desenvolvimento de linhas transversais, efeito da própria aceleração do antagonismo. Não que tomemos uma defesa de um “localismo puramente local”, isto é, que não consegue multiplicar linhas de fuga para fora de seu próprio ponto originário e produzir a aceleração, mas certamente tomamos como problemático o foco unilateral no “plano vertical” e em uma política que necessita do Estado como guião, o que costuma fechar qualquer saída. Como coloca Wark, “nem o modelo centralista nem o meramente horizontal e participativo funcionam sozinhos. Eles existem em tensão mútua, e com diversas outras formas sociais. Joguemos com um baralho completo de formas sociais” (2014, p. 307).

A partir desse quadro, “acelerar o processo da evolução tecnológica” (SRNICEK & WILLIAMS, 2014, p. 356) em nada garante a separação das forças imanentes à tecnologia das formas tecnológicas dos aparelhos de captura do capital; pelo contrário, essa “aceleração” pode acabar por reforçar o movimento aceleratório progressivo e reativo do capital através do fortalecimento do aparato tecnológico de controle, vigilância e segurança que investe contra a produção das linhas de fuga pelas forças produtivas desejantes. Se as formas da tecnologia carregam, em si, a potência das linhas de fuga, isso só é possível pelos corpos que, como baterias carregadas e transmissoras de desejo, não apenas alimentam mas podem navegar nessas plataformas tecnológicas em um

movimento antropofágico<sup>25</sup>: sentido “navegacional e experimentativo” (SRNICEK & WILLIAMS, 2014, p. 352) de aceleracionismo que, se não encontramos corporificados no *MAP*, é um vetor presente, por exemplo, na obra de Paul Preciado, como em *Texto Junkie*, que serve não apenas como um guia teórico para surfar nas ondas tecnológicas para além de seus usos restritos, mas também como um “ensaio corporal” como dispositivo político que narra um “protocolo de intoxicação voluntária” (PRECIADO, 2018, p. 13) subversivo ao próprio sistema de segurança humano *do capital*.

A leitura de Williams e Srnicek parece, ainda, produzir uma inversão, reduzindo todo o domínio molecular das “máquinas desejantes” ao regime molar das “máquinas técnicas”, o que, entre outros problemas, exclui qualquer possibilidade não apenas de detectar, mas de desenvolver “atratores libidinais” (para usar uma noção de Fisher [2018, p. 519]) tendenciais que possam explodir com a camisa de força axiomática. Não podemos falar em uma aceleração das forças produtivas sem falar em máquinas desejantes que, corporificadas, evitam uma defesa de uma ideia abstrata de aceleração “sem corpo”, ou mesmo evitando cair no perigo de reproduzir ou reforçar o progressismo aceleratório de captura do capital e seus aparelhos burocráticos, estatais, políticos e policiais. Sem levar em conta o “regime” ao qual a máquina social como instância de antiprodução condiciona a tecnologia, como relação entre as “máquinas desejantes” e as “máquinas técnicas”, temos o risco de circular em falso ao propor uma libertação da tecnologia e, apesar do discurso anticapitalista, acelerar o próprio regime de poder imanente ao capital. Deleuze e Guattari já alertavam contra este perigo:

a verdadeira diferença entre as máquinas sociais técnicas e as máquinas desejantes não está, evidentemente, no tamanho, nem sequer nos fins, mas no regime que decide sobre o tamanho e os fins. São as mesmas máquinas, mas não é o mesmo regime. *Não que seja preciso opor ao regime atual, que dobra a tecnologia em prol de uma economia e de uma política de opressão, um regime em que a tecnologia, supostamente, estaria liberta e seria libertadora. A tecnologia supõe máquinas sociais e máquinas desejantes, umas dentro das outras, e não tem por si mesma poder algum para decidir qual será a instância maquina, se o desejo ou a opressão do desejo.* Toda vez que a tecnologia pretende agir por si própria, ela toma uma coloração fascista, como na tecnoestrutura, porque implica investimentos não só econômicos e políticos, mas igualmente libidinais, totalmente voltados para a opressão

---

<sup>25</sup> Modelo de “produção de subjetividade” do “duplo sim” formulado por Giuseppe Cocco e Bruno Cava em *New Neoliberalism an the Other*, tomando como ponto de partida a “inconstância da alma selvagem” de que fala Viveiros de Castro a partir da colonização dos povos ameríndios, que, ao serem catequizados pelos jesuítas, aceitaram todo o tipo de crença apenas em preparação para o segundo momento, no qual “devoraram” “o ponto de vista do colonizador, mudaram de natureza, deixando aos jesuítas e aos bandeirantes um trabalho de controle verdadeiramente infernal” (COCCO & CAVA, 2018, p. 193-4).



do desejo. [...] [N]ão é o objeto técnico molar, mas a estrutura social molarizante antidesajante, antiprodutora, que condiciona atualmente o uso, o controle e a posse dos objetos técnicos (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 529. Grifo nosso).

Sendo assim, uma simples reapropriação de uma plataforma material tecnológica dada em nada garante uma liberação ou exponencialização das forças produtivas desejantes para fora de sua própria base restritora ou simplesmente reprodutiva se o próprio laço desejante e maquinico que torna a tecnologia uma peça ou engrenagem da máquina social capitalista não é desfeito, pois uma reapropriação pode significar ainda (ou apenas) uma expansão do limite axiomático do *socius*. O próprio grito por uma “reapropriação” da técnica não faz sentido sem a colocação da questão das forças produtivas desejantes, visto que a “reapropriação” é um grito vazio enquanto não é desenvolvido teórica e praticamente um “quem?” que reapropria e se faz nesta mesma reapropriação. Neste sentido, Negri critica o *MAP* por perder de vista qualquer coisa como a classe social ou o fator subjetivo necessário para essa empreitada “aceleracionista” de reapropriação técnica: “Existe indubitavelmente aqui uma forte confiança na objetividade, na materialidade [...] do desenvolvimento – e assim certa subvalorização dos elementos sociais, políticos e cooperativos” (2014, p. 146). Em um mesmo movimento precisamos elogiar o “aceleracionismo de esquerda” por captar a possibilidade objetiva de libertação do aparato tecnológico das mãos do capital e criticá-los por perder a dimensão subjetiva que, ao final das contas, torna aquela objetividade possível em um primeiro lugar. Não é à toa, como Negri (2014, p. 148) comenta, que os autores resvalem não apenas em um “determinismo tecnológico”, mas em um “político”, propondo por acidente uma renovada “teleologia”. Entretanto, esta “teleologia política” funcionará antes pelos poderes necromânticos do que pelos de uma efetiva produção de futuro, já que a ausência das forças produtivas desejantes e subjetivas será preenchida pelo “Sujeito” Estado enquanto máquina miraculante. Neste sentido, o próprio Land não está errado quando coloca que “o aceleracionismo de esquerda parece ter desconstruído a si mesmo de volta a políticas socialistas tradicionais” (2017, n. p.). Contra a teleologia do plano e do Estado, finalmente, Negri afirma que a tendência da potência subjetiva “não pode ser definida senão enquanto relação aberta, relação constituinte, animada pelos sujeitos de classe” (2014, p. 148). Resumidamente, e retomando o vocabulário anterior, é necessário atingir o laço maquinico e molecular na própria infraestrutura produtiva e, se a aceleração se dá nessa possibilidade, não pode significar simplesmente uma “aceleração” da base tecnológica, visto que esta é fruto da aceleração *da fuga* que vai alargando imanentemente a infraestrutura sociotécnica, abrindo todo o tipo de linhas para fora do *socius*.

A problemática da reapropriação está implicada na ideia de Williams e Srnicek de uma aceleração “seletiva”<sup>26</sup>, que constitui o último ponto de nossa crítica. Quem seleciona? Quem navega? A resposta de Williams e Srnicek parece simples: o Estado, capaz de ser retomado e reformado (a tese socialista do Estado como forma neutra), seguido da constituição de um plano econômico-político para “acelerar” aspectos selecionados do capitalismo, orientado a “invenção de um futuro” pós-capitalista. Além dos problemáticos pressupostos que essa concepção progressista de plano-político possui, como a “crença utópica de que a história seja planificável” (ARANTES, 2014, p. 57), salientamos que a aceleração antagonista que defendemos não pode constituir uma política de seleção como uma política *de Estado*, dado que a forma-Estado está intrinsecamente alinhada ao progressismo aceleratório do capital, manejando seus aparelhos de captura e antiprodução. A política seletiva estatal é um dos elementos operativos da axiomática do capital. Se lembrarmos que para Deleuze & Guattari “é o Estado que faz da produção um ‘modo’” e o trabalho é um conceito de Estado que sempre supõe o sobretrabalho em detrimento da ação livre (2012b, p. 126; p. 146), o Estado sempre e necessariamente irá perder de vista o “trabalho vivo” ou a produção desejante, e se colocará, mesmo com as “melhores intenções”, ao lado do progressismo aceleratório, secundário e reativo do capital. O hilemorfismo técnico do MAP é duplicado em um hilemorfismo político que toma o Estado como forma sobre a matéria de seleção, o que acaba sendo uma *redução da política à política de Estado*. A política de fato é essencial para uma proposta efetivamente aceleracionista: como Deleuze e Guattari colocam, “antes do ser, há a política” (2012a, p. 85), mas está é entendida como relação constituinte entre uma miríade de forças que co-produzem o real, e o Estado é apenas uma destas instâncias, na qual o dinamismo das forças *tende*, inclusive, a ser neutralizado<sup>27</sup>.

### Considerações finais

Nada mais caricato do que a defesa das formas que aprisionam nosso mundo e, com ele, todos os outros mundos possíveis. O chamado “aceleracionismo” tem o mérito de (re)colocar de

---

<sup>26</sup> Devemos a noção de “seleção” a Caron (2018) e em linhas gerais a utilizamos no mesmo sentido que o autor, seguindo, além do próprio MAP, comentários de Fisher.

<sup>27</sup> O que seria, então, uma proposta eficaz de política de aceleração seletiva? Deixamos em aberto o desenvolvimento de um outro sentido possível de seleção, que só pode ser fruto de um trabalho de organização política coletiva e comum. O uso da noção de seleção feito em passant por Deleuze e Guattari (2012a, p. 32) em Como criar para si um Corpo sem Órgãos? nos dá algumas coordenadas possíveis (e mínimas): se trata de uma árdua e dificultosa tarefa a de selecionar os CsO e seus elementos que são potentes e criativos e separá-los dos suicidas, dementes, fascistas, cancerosos ou totalitários.

maneira imanente a urgência de alcançar estes outros mundos, produzir o futuro. Land coloca a questão intensamente, visto que o seu futuro hipersticional é um capitalismo liberto e radicalmente diferente do atual, no qual as forças produtivas desejantes-subjetivas (que atendem pelo nome ideológico de “humanos”), são teórica e literalmente deixadas para trás. Seria simplista dizer que o futuro de Land é pura extensão do presente, mas é fato que em sua filosofia o capital é uma figura que “pertence ao futuro” (WARK, 2017), quando se trata, ao contrário, de produzir uma hiperstição que afirme o quanto ele é uma figura do passado, pois segura a liberação das forças produtivas. Não se trata apenas de dizer que o capital já não tem o papel revolucionário que tivera no passado, como a tradição marxista por vezes coloca, mas perceber que do ponto de vista da desterritorialização das forças produtivas desejantes ele sempre foi “reacionário”, figura do arcaico — a desterritorialização é antes das forças produtivas do que do capital, que só desterritorializa para violentamente reterritorializar.

O “aceleracionismo de esquerda” de Srnicek e Williams percebe que o capital é uma figura do passado e merece ser saudado por ter explicitado essa tese com impacto no debate político e filosófico atual. Talvez parte das derrotas históricas da esquerda desde o fim do século XX se deva ao fato de que, no final das contas, ela passou de uma posição “progressista” a uma “conservadora”, de defesa contra a aceleração capitalista, enquanto os “conservadores” tomaram a frente na defesa da aceleração (ver ROSA, 2019, p. 539; MARQUES; GONSALVES, 2020, p. 192). Mas se as forças desejantes tendem à desterritorialização e à aceleração, a “virada conservadora”, reativa, da esquerda, é necessariamente sem futuro. Como colocam Fisher (2020) e a tradição (pós-)operaísta de um modo geral, a vitória da direita neoliberal se deu justamente por saber mobilizar melhor os desejos anti-disciplinares que eclodiram após 1968. Neste sentido, é condição para uma retomada da esquerda que ela se engaje com a aceleração — como Fisher provoca, “o marxismo não é nada se não for aceleracionista” (2014b, p. 340). Entretanto, o projeto de Srnicek e Williams tem uma série de problemas relacionados à perda do real vetor de aceleração, que acaba reduzida aos meios técnicos e, por consequência, hipostasia no Estado o Sujeito da aceleração seletiva, o que faz com que eles estejam mais “no centro” do que “na esquerda”.

Resumidamente, é o capital que surfa nas ondas das forças produtivas desejantes, não o contrário. O progressismo aceleratório torna-se um imperativo do capital, que “acelera” apenas em um segundo momento, para “correr atrás” da aceleração primária imanente às linhas de fuga das

forças produtivas desejantes. Em aberto, fica a questão de pensar como essa aceleração pode cavar as margens de um cataclisma no sistema capitalista, movimento de produção de crise da axiomática que, de uma fenda aberta, faça um verdadeiro rombo na carapaça do capital, superando seus limites imanentes e abrindo aos ponta-pés as portas do Fora. Enquanto o antigo slogan operaísta, aceleracionista em seu próprio direito, “*dentro e contra*”, coloca o ponto de partida de qualquer luta possível contra o capital, resta a tarefa de como efetivar as forças do Fora por dentro e para além da captura capitalista. Do ponto de vista da produção desejante em fuga, parece que a morte do capital será extremamente rápida, a ponto de nos perguntarmos “o que se passou?”. Entretanto, como escapar da sensação de que, não importa o que façamos, em seguida nos vemos enredados pelo capital? E até quando? Por fim, talvez a pergunta principal, direcionada já ao futuro: quebrar os limites do capital decorre necessariamente em um *novo socius*? Qual seria este *novo corpo pleno sem órgãos e qual antagonismos ele suscitaria entre a produção desejante e a reprodução social*?

## **REFERÊNCIAS**

- ARANTES, Paulo. O Novo Tempo do Mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2014.
- AVANESSIAN, Armen; MACKAY, Robin. Introduction. In.: \_\_\_\_\_. (eds.). #Accelerate# - The aceleracionist reader. United Kingdom: Urbanomic, 2014, p. 1-50.
- BENSUSAN, Hilan. O capital transversal e a seus rebentos atrativos - ou a infância das máquinas. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 6, n. 10, p. 88-109, Jan./jun. 2020.
- BRASSIER, Ray; MACKAY, Robin. Editors' Introduction. In.: LAND, Nick. Fanged Noumena: Collected Writings 1987-2007. Falmouth: Urbanomic, 2011, p. 1-54.
- CARON, J.-P. zEros: Land, Sellars e o Aceleracionismo. Notas para uma política sellarsiana. DasQuestões, n#6, setembro/dezembro, 2018.
- CASARINO, Cesare. Surplus Common: A Preface. CASARINO, Cesare.; NEGRI, Antonio. In praise of the common: a conversation on philosophy and politics. Minneapolis/London:

- University of Minnesota Press, 2008, p. 1-39. CAVA, Bruno. A coruja voa de tarde: a ontologia comunista do fazer-se da multidão. *Revista Eco-Pós*, v. 15, 2012, p. 51.
- COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. *New Neoliberalism and the Other: Biopower, Anthropophagy, and Living Money*. Lanham/Boulder/New York/London: Lexington Books, 2018.
- DELEUZE, Gilles. Prefácio. In.: NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 7-9.
- \_\_\_\_\_. O conceito de diferença em Bergson. In.: \_\_\_\_\_. *Bergsonismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- \_\_\_\_\_. Desejo e prazer. In.: \_\_\_\_\_. *Dois regimes de loucos*. São Paulo: Editora 34, 2016. 36
- \_\_\_\_\_. *A filosofia crítica de Kant*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DELEUZE, Gilles & Félix GUATTARI. *O anti-Édipo*. Tradução de Luiz Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980], v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.
- \_\_\_\_\_. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980], v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012b.
- FISHER, Mark. *Anti-Vital (on Nick Land, Lyotard and Freud)*. 2014a. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=LrKiScp\\_gog&ab\\_channel=Uxk%C3%BCII](https://www.youtube.com/watch?v=LrKiScp_gog&ab_channel=Uxk%C3%BCII)>. Acesso em: março de 2021.
- \_\_\_\_\_. *Terminator vs Avatar*. In.: MACKAY, Robin & AVANESSIAN, Armen (eds.). *#Accelerate# - The accelerationist reader*. United Kingdom: Urbanomic, 2014b, p. 335-46.
- \_\_\_\_\_. *K-Punk: The Collected and Unpublished Writings of Mark Fisher from 2004–2016*. Ed. by Darren Ambrose. London: Repeater Books, 2018.
- \_\_\_\_\_. *Realismo capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2000.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Parte 1. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HUI, Yuk. *On the Unhappy Consciousness of Neoreactionaries*. *e-flux journal* #81 — abril 2017.
- LAND, Nick. *Fanged Noumena: Collected Writings 1987-2007*. Falmouth: Urbanomic, 2011.
- \_\_\_\_\_. “A quick-and-dirty introduction to accelerationism”. *Jacobite*, 2017. In: <https://jacobitemag.com/2017/05/25/a-quick-and-dirty-introduction-to-accelerationism/>. Acesso em julho de 2020.

- LAND, Nick. PLANT, Sadie. Ciberpositive. MACKAY, Robin & AVANESSIAN, Armen (eds.). #Accelerate# - The accelerationist reader. United Kingdom: Urbanomic, 2014, p. 303-14.
- LORDON, Frédéric. Willing Slaves of Capital - Spinoza and Marx on Desire. Translation by Gabriel Ash. London: Verso Books, 2014.
- LYOTARD, Jean-François. Économie Libidinale. Paris: Les éditions de minuit, 1974.
- \_\_\_\_\_. Energumen Capitalism. In.: MACKAY, Robin & AVANESSIAN, Armen (eds.). #Accelerate# - The accelerationist reader. United Kingdom: Urbanomic, 2014, p. 163-208.
- MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). #Accelerate#: the accelerationism reader. UK: Urbanomic, 2014. 37
- MARQUES, Victor; GONSALVES, Rodrigo. Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo. In.: FISHER, Mark. Realismo capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 163-207.
- MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario de Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. O Capital – Crítica da Economia Política: Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NEGRI, Antonio. A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre o manifesto aceleracionista. Lugar Comum, n. 42, jan-mai, 2014, p. 143-51.
- \_\_\_\_\_. Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão – Cadernos de trabalho sobre os Grundrisse. Trad. Bruno Cava. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- \_\_\_\_\_. Ulisses Deleuze e Aquiles Guattari: Negri, sobre Gilles e Félix [entrevistado por Jefferson Viel]. In.: \_\_\_\_\_. Deleuze & Guattari: Uma Filosofia para o século. Organizado por Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 140-75.
- NUNES, Rodrigo. 'Forward How? Forward Where? I: (Post-)Operaismo Beyond the Immaterial Labour Thesis. ephemera, vol. 7 (1), 2007, p. 178-202.

- PRECIADO, Paul. *Texto Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ROSA, Hartmut. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- SHAVIRO, Steven. *No speed limit: three essays on accelerationism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- SRNICEK, Nick; WILLIAMS, Alex, *#Accelerate: Manifesto for an accelerate politics*. In: MACKAY, Robin; AVANESSIAN, Armen (Orgs.). *#Accelerate#: the accelerationism reader*. UK: Urbanomic, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Inventing the future*. London/NY: Verso, 2015.
- WARK, McKenzie. Uma crítica hacker ao manifesto aceleracionista. *Lugar Comum*, n. 41, p. 299-308, 2014.
- \_\_\_\_\_. On Nick Land. Verso Books' Blog. 2017. Disponível em: <https://www.versobooks.com/blogs/3284-on-nhttps://www.versobooks.com/blogs/3284-on-nick-landick-land>. Acesso em julho de 2020.